

revista do

SISAM

II Seminário Internacional de Segurança da Amazônia
Ano II – 2ª Edição - Setembro de 2012



Delegado Mário Aufiero, Filósofo Antanas Mockus e Governador Omar Aziz: protagonismo, inovação e vontade política nas ações de políticas públicas de segurança

Cultura e Cidadania pautam a Segurança Pública na Amazônia

sumário



**Mario Jumbo
Miranda
Aufiero,
presidente da
Adepol-AM**

Cooperação internacional e sustentabilidade para a segurança da Amazônia

Mais uma vez conseguimos avançar nas discussões a respeito da segurança na região amazônica. Em sua segunda versão, o Seminário Internacional de Segurança da Amazônia - SISAM ampliou a participação das representações dos países amazônicos, dos estados da Amazônia legal, das forças de segurança pública e da produção acadêmica. Consolidamos o Seminário Internacional de Segurança da Amazônia como um dos mais relevantes da América Latina sobre a matéria promovendo singular debate referente a cooperação internacional para a segurança da região.

Nesse fórum, cujo tema central foi a “Segurança para uma Amazônia Sustentável”, foram discutidos diversos temas a cerca dos projetos de cooperação entre países e estados membros para combater as organizações e ações criminosas, as quais não se limitam a divisão política, territorial entre países nem entre os estados membros intrafronteiras.

O combate a esses eventos criminosos requer uma abordagem interdisciplinar e transnacionalizada. Neste sentido, o II SISAM discutiu os projetos e parcerias para cooperação com vistas para uma Amazônia segura, condição imprescindível para a sustentabilidade da região. Esta segunda edição abordou, portanto, a segurança da região como um problema continental e não só regional ou nacional, discutindo ainda a presença em áreas de fronteiras, a relação com as comunidades, a cooperação interinstitucional para a segurança, dentre outras questões.

O Seminário contou com as contribuições e as parcerias de países e estados amazônicos representados no evento, além da participação de especialistas e estudiosos na área de segurança, inclusive de fronteiras.

O evento teve como presidente de honra o atual governador do Estado do Amazonas Omar Abdel Aziz, chefe do Executivo que consolidou a doutrina de segurança mundial de policiamento comunitário no seu programa de governo “Ronda no Bairro”, que já começa a colher frutos na redução dos índices de criminalidade na região metropolitana de Manaus.

Durante o evento foram realizadas exposições em painéis que promoveram espaços para os questionamentos do público participante. Os resultados foram apresentados em documento construído coletivamente, constituindo uma agenda de prioridades da segurança na Amazônia.

Organizado pela Associação de Delegados de Polícia do Estado do Amazonas (Adepol-AM), o II SISAM teve a parceria do Governo do Estado, que na pessoa do governador Omar Aziz, tem se empenhado para construir uma melhor segurança pública no Amazonas.

Agradecemos a todos que participaram e contribuíram para a realização deste evento. Acreditamos que juntos poderemos construir um novo capítulo na história da segurança na Amazônia, mais segura e sustentável.

Aproveitamos para convidar a todos para a próxima edição do SISAM, que será realizado em 2013, na cidade de Bogotá, na Colômbia.

Até lá!

Países panamazônicos segurança e sustentabilidade

Considerando que a região amazônica possui a maior parte do território brasileiro, a maior floresta tropical do planeta e é fonte de recursos naturais de valor inestimável, as discussões a respeito de seu futuro passam necessariamente pelo tema da sustentabilidade. Estamos falando de uma perspectiva do desenvolvimento sustentável envolvendo a proteção dos ativos naturais e humanos da floresta, o que confere ao Estado e ao setor da segurança pública importante papel neste processo. Foi por esta razão que o SISAM - Seminário Internacional de Segurança da Amazônia, em sua segunda versão, discutiu este ano o tema “Segurança para uma Amazônia Sustentável”.

Promovido pela Associação de Delegados de Polícia do Estado do Amazonas – Adepol/AM, o II SISAM foi idealizado com o objetivo de, ao longo de três dias (29,30 e 31 de agosto de 2012), analisar os problemas de segurança comuns ao espaço amazô-

nico, tendo em vista a discussão de políticas inovadoras para a preservação de seu patrimônio único e ampliação da qualidade de vida de seus habitantes. Para tanto, foram organizados seis painéis temáticos, fazendo um guarda-chuva para 24 conferências, com a participação de especialistas da área de segurança pública de quatro países panamazônicos: Brasil, Equador, Colômbia e Peru.

Profissionais de segurança pública, acadêmicos, gestores e integrantes da sociedade civil debateram durante os três dias as principais questões relacionadas à proteção do espaço amazônico como condição para o seu desenvolvimento sustentável. As discussões foram desenvolvidas a partir de seis painéis temáticos: I – Segurança, Sustentabilidade e Fronteiras na Amazônica; II – Estratégias e Práticas de Segurança Cidadã; III – Cooperação Interinstitucional em Segurança; IV – Segurança Econômica e Desenvolvimento Sustentável; V – Cooperação Interinstitucio-

nal em Segurança Pública e Segurança em Grandes Eventos; e VI – O Profissional de Segurança Pública no Espaço Amazônico.

Um importante viés acadêmico foi inserido à programação do SISAM nesta edição. Por meio da parceria Adepol-AM e





s discutem bilidade na região



UEA – Universidade Estadual do Amazonas, através do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas, foram apresentados e classificados seis artigos científicos referentes à segurança pública, dos quais três receberam premiação com

publicação nos Anais do evento.

Dois eventos paralelos ao Seminário também marcaram o último dia: a Reunião dos Presidentes de Associações de Delegados de Polícia da Região Norte, liderada pela Adepol do Brasil; e o Encontro Regional

dos Delegados da Polícia Federal da região Norte promovido pela ADPF - Associação de Delegados da Polícia Federal. As duas associações, a princípio, fizeram uma reunião integrada para discutir pautas comuns. Entre elas, as atividades parlamentares desen-

“Criamos um sistema que integra as Polícias Militar e Civil para que elas operem no mesmo sistema informatizado e tenham acesso a todo procedimento”.

Secretário executivo do Ronda no Bairro.

volvidas pela Adepol nacional e o alinhamento das estratégias para os temas em pauta de votação no Congresso Nacional como projetos de lei e emendas constitucionais de interesse da categoria.

Cultura Cidadã - Convidado de honra do II SISAM, o governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, fez palestra de abertura do evento convocando a sociedade amazonense a assumir seu papel de protagonista nas questões relacionadas à segurança, reforçando os investimentos no aparelhamento do programa Ronda no Bairro. O governador declarou ainda a intenção de implantar em Manaus o programa “Cultura Cidadã” - utilizado em Bogotá para reduzir os altos índices de violência -, considerando que o setor “precisa de investimentos, bons programas sociais e, principalmente, da participação da sociedade”.

O Seminário, no conjunto de sua programação, foi mar-

cado por importantes conferencistas, em especial, pelo ex-prefeito de Bogotá (Colômbia), Antanas Mockus, que apresentou seu projeto revolucionário “Cultura Cidadã”; da Tenente Coronel colombiana Yásmín Cortéz, expondo o case de Polícia Pacificadora Carabineros; do Major da Polícia Nacional do Peru, Miguel Angel Vargas, que contribuiu com as estratégias de seu país no combate ao tráfico de drogas; do ex-secretário Nacional de Segurança Pública, professor Ricardo Balestreri, na abordagem crítica à realidade e mitos do binômio polícia/sociedade, além de outras falas que conseguiram aprofundar o tema central segurança e sustentabilidade.

Foi destaque também nesta edição do SISAM a necessidade de cooperação entre os países amazônicos, especialmente no que concerne à segurança das fronteiras, ao combate ao narcotráfico e outras atividades clandestinas que ocorrem nas regiões comuns entre os países. Neste tema, tiveram ênfase as falas dos delegados de Polícia Federal Sérgio Fontes (Amazonas), Fabrício Garbi (Roraima) e Wellington Silva, referendando a importante atuação da Polícia Federal no espaço amazônico, embora reconhecendo o déficit de agentes federais para uma área 16 mil quilômetros de fronteira.

Programa ser implan



O programa “Cultura Cidadã”, do ex-prefeito de Bogotá Antanas Mockus, que reduziu drasticamente os índices de criminalidade na capital da Colômbia, poderá, em breve, ser implantado em Manaus. A decisão foi tomada pelo governador do Amazonas Omar Aziz, em reunião com Antanas Mockus, realizada minutos antes da abertura do II SISAM. Participaram também da reunião o delegado Mário Aufiero, presidente da Adepol-AM e coordenador geral do evento; o Delegado Geral Josué Rocha e o Superintendente



“Cultura Cidadã” poderá ser implantado em Manaus



da Polícia Federal no Amazonas, delegado Sérgio Fontes.

Durante a reunião Mockus explicou todo o processo de implantação do programa que compreende três etapas: pesquisa, identificação e implantação em cada ponto. Segundo ele, são definidos vários objetivos, hora atacando o problema da violência como um todo, hora estreitando o olhar, como nos casos de brigas conjugais.

Mas, o que de maneira geral é feito com maior ênfase é o aumento da participação popular na política da cidade, focando num maior cumprimento de normas pelos ci-

Governador do Amazonas Omar Aziz, ex-prefeito de Bogotá Antanas Mockus, presidente da Adepol-AM, Delegado Mário Aufiero e Delegado Geral do Amazonas xxxcxcx, durante a reunião.

dadãos e o investimento em cultura e financiamento de projetos culturais. “Para o benefício da saúde pública, a cultura deve entender a polícia e a polícia deve entender a cultura”, ressaltou Mockus.

Após ouvir o relato da experiência, o governador assegurou que estava interessado e que gostaria de ter em Manaus um programa semelhante, desafio que foi acei-

to de antemão pelo ex-prefeito de Bogotá. Entretanto, disse que seria necessário, primeiramente, uma avaliação da situação da cidade quanto à violência urbana e desobediência das leis em geral, inclusive de trânsito. Mockus ressaltou que o primeiro passo é fazer um estudo de diagnóstico dos problemas culturais de cada cidade, pois os métodos, segundo ele, são universais para todas as regiões.

A intenção do governador Omar Aziz ao propor a implantação de uma proposta semelhante ao Cultura Cidadã em Manaus é fortalecer o viés social do programa Ronda no Bairro, especialmente no que se refere à participação da sociedade. “Temos interesse e já marquei para o dia 12 de setembro uma reunião com a equipe do professor Mockus para que possamos ver custos, como implantar o programa e o que é preciso ser feito para envolver a sociedade. Volto a repetir. Não basta o governo comprar as melhores viaturas, comprar os melhores armamentos, ter um número enorme de policiais se não houver um envolvimento efetivo de toda a sociedade. Só assim vamos melhorar a qualidade da segurança pública”, destacou o governador.

III SISAM será em Bogotá, na Colômbia



Tenente Coronel da Polícia Nacional da Colômbia, Nécton Lincoln Borja Miranda, faz a entrega da Medalha de Mérito ao Delegado Mário Aufiero

Mais um indício de que o SISAM começa a se firmar como um dos principais eventos da área de segurança pública da América Latina. A terceira edição do evento, em 2013, terá como sede Bogotá, a capital da Colômbia. O anúncio foi feito no final do segundo dia de Seminário pelo delegado Mário Aufiero, presidente da Adepol-AM e coordenador geral do evento.

O convite partiu do Tenente Coronel da Polícia Nacional da Colômbia, Nécton Lincoln Borja Miranda, que veio a Manaus pela segunda vez participar do Seminário. “Já está claro para todos nós, países amazônicos, que só vamos conseguir dar segurança e proteger a Amazônia se nos unirmos, se trabalharmos em cooperação. Por isso, trago o convite para realizar-

mos o próximo SISAM em Bogotá, o que vai caracterizar uma grande integração entre nossas forças”, declarou Miranda, que na ocasião também homenageou alguns membros da diretoria da Adepol-AM com Medalha de Mérito do Exército da Colômbia e Livro de Ouro dos Carabineros..

Prontamente aceito pela Adepol-AM, o convite surpreendeu a coordenação. “É com muita honra que aceitamos este convite que é resultado da proposta do SISAM de tornar-se um grande evento internacional e consolidar-se como um dos mais relevantes da América Latina sobre a matéria da cooperação internacional para a segurança da região amazônica. Nós sabíamos que o evento tomaria esta dimensão. Mas, não esperávamos para agora”, destacou o delegado Mário Aufiero.

Cooperação referência n

Além de ampliar a participação das representações dos países amazônicos, dos estados da Amazônia Legal, das forças de segurança pública e da produção acadêmica, o II SISAM – Seminário Internacional de Segurança da Amazônia se consolida como um dos mais importantes da América Latina no que se refere à cooperação internacional para a segurança da região amazônica. A afirmação é do delegado Mário Aufiero, presidente da Adepol-AM (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Amazonas) e coordenador geral do SISAM, durante seu discurso de abertura do evento.

Aufiero destacou que as discussões a cerca dos projetos de cooperação entre países e estados membros para o combate às organizações e ações criminosas não podem se limitar à divisão política, territorial entre países ou entre estados membros intrafronteiras. “O combate a esses eventos criminosos requer uma abordagem interdisciplinar e transnacional



Internacional - SISAM já é a América Latina



“O SISAM é um dos mais relevantes eventos da América Latina no tema da cooperação internacional para a segurança da Amazônia”.

Delegado Mário Aufiero, coordenador geral do II SISAM

lizada”, defendeu, reforçando que a abordagem da segurança da região deve partir de uma perspectiva continental e não só regional ou nacional.

Na abordagem regional, entretanto, o SISAM se aprofunda na discussão das questões mais locais como a presença das forças de segurança em áreas de fronteiras, a relação com as comunidades, a cooperação interinstitucional para a segurança, dentre outras. Ele destacou ainda as contribuições e parcerias de países e estados amazônicos

e a participação de especialistas e estudiosos da área de segurança pública.

Segundo o delegado, tanto na primeira edição quanto nesta segunda, o SISAM teve como presidente de honra o governador do Amazonas, Omar Aziz. Esse apoio, segundo ele, tem um importante significado para o SISAM. “Nós estamos falando de um chefe do Executivo que consolidou a doutrina de segurança mundial de policiamento comunitário, através do seu programa Ronda no Bairro. Trata-

se de um projeto bem sucedido, que já começa a colher frutos na redução dos índices de criminalidade na região metropolitana de Manaus”, observou.

Por fim, o delegado agradeceu a participação dos presentes, especialmente dos parceiros de outros países amazônicos e reafirmou o objetivo do evento de buscar uma Amazônia mais segura e sustentável. “Esperamos que o desenvolvimento da Amazônia se torne uma conquista efetiva. É por esse motivo que estamos aqui”, concluiu.

Governador pede à população corresponsabilidade com

Patrono do SISAM – Seminário Internacional de Segurança da Amazônia pela segunda vez, o governador do Amazonas, Omar Aziz, fez a abertura do evento convocando a população para assumir seu papel de protagonista nas questões relacionadas à segurança pública, especialmente, em relação ao programa Ronda no Bairro; e anunciou a parceria que está sendo costurada com ex-prefeito de Bogotá, Antanas Mockus, para implantar em Manaus o “Cultura Cidadã”, projeto sociocultural do filósofo que reduziu drasticamente os índices de criminalidade na capital da Colômbia.

“Nós já marcamos uma reunião para conhecer o projeto e as atividades que deram certo lá (na Colômbia) para implantarmos aqui também. Não basta o governo comprar as melhores viaturas, os melhores armamentos, ter um número enorme de policiais se não houver um envolvimento efetivo de toda a sociedade para que nós possamos melhorar a qualidade da

segurança pública”, garantiu Aziz. Sua intenção ao propor a implantação do Cultura Cidadã no Amazonas é fortalecer o viés social do programa Ronda no Bairro, especialmente no que se refere à participação da sociedade.

O governador destacou em seu discurso a iniciativa da Adepol - AM de realizar pela segunda vez um seminário internacional para propor soluções para questões estratégicas como a segurança pública e ressaltou a importância da sociedade no enfrentamento a criminalidade.

De acordo com Aziz, o primeiro passo para começar a solucionar os problemas relacionados à segurança pública é mostrar a sociedade que o governo tem interesse e está preocupado em fazer os investimentos necessários. O segundo passo, é fazer com que a sociedade seja co-participante dessas soluções. “O projeto para a segurança pública está dentro da secretaria de educação, de saúde, de assistência social, porque requer o envolvimento da sociedade. É nesse



população com o Ronda no Bairro



contexto que se insere a polícia comunitária, porque a polícia tem de estar conversando com o cidadão para que todos tenham responsabilidade”, esclareceu o governador.

Aziz expôs os investimentos realizados pelo Governo do Estado no programa Ronda no Bairro e informou que durante sua gestão também fará programas sociais para valorizar a atuação dos policiais civis e militares. “Está provado que os investimentos em segurança pública são necessários, tanto na logística como na valorização do homem e mulher que trabalham dentro da polícia. Hoje, só no Ronda no Bairro há 600 viaturas trabalhando diariamente para proteger a população e devem chegar mais. Mas, mais importante que as viaturas

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do Ronda
no Bairro.*

ou o armamento, é a valorização e a proteção dos nossos policiais e suas famílias”, garantiu Aziz.

O governador elogiou o tema central do evento Sustentabilidade, mas criticou a forma com a qual a maioria das pessoas discute o assunto. Ou seja, sem conhecer de fato a região. “Discutir sustentabilidade em qualquer

setor é prática correta e politicamente bonita. Só que tem gente que fala em sustentabilidade da Amazônia sem conhecer o Estado do Amazonas da forma que nós conhecemos. Eles querem que a nossa mulher e o nosso homem, que vivem em um barranco, protejam a floresta. Mas essa senhora e esse senhor nunca viram na vida um médico especialista. Ele não sabe o que é um gastroenterologista, ela nunca viu na vida um oncologista. Aí querem que eles tenham obrigações com a sociedade e com o mundo. É um discurso bonito. Mas, qual é a obrigação da sociedade e do mundo com essas pessoas? Zero”, reclamou Aziz, alertando que é preciso estar atento para esses discursos equivocados sobre a Amazônia.





SEGURANÇA, SUSTENTABILIDADE E FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA

Educação é o caminho para garantir sustentabilidade na Amazônia

O significado do termo sustentabilidade, hoje, está basicamente associado à capacidade do ser humano de interagir com o mundo, preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras. Um conceito que vai muito além das questões ambientais, pois atende a um conjunto de variáveis que integra aspectos sociais, econômicos e energéticos.

No painel de abertura do II SISAM - Seminário Internacional de Segurança da Amazônia, cujo tema foi “Segurança, Sustentabilidade e Fronteiras na Amazônia”, a pergunta em questão era: No que a segurança pública interfere na sustentabilidade e no que a sustentabilidade - um conceito que está umbilicalmente vinculado ao cenário do desenvolvimento sustentável - pode interferir no cenário da segurança pública?

Em exposição sobre a temática “A Sustentabilidade como um Problema de Segurança”, o Secretário Executivo Adjunto de Segurança Pública do Amazonas, Humberto Ramos, defendeu a ideia de que



Secretário Executivo Adjunto de Segurança Pública do Amazonas, Humberto Ramos

sustentabilidade está diretamente relacionada à segurança pública porque inclui todos os âmbitos de cidadania. Ou seja, a segurança pública é fator determinante para

uma cidadania sadia. “A segurança pública promove um processo sistêmico, além de constantes e continuas ações de bases sustentáveis. A segurança pública, com a roupagem da sustentabilidade, permitiria a participação dos setores públicos e privados, especialmente da sociedade civil e do cidadão”, sintetizou.

Humberto Ramos sustenta que é impossível dissociar as questões sociais da sustentabilidade. “O desenvolvimento é aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Significa possibilitar que as pessoas atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico, de realização humana e cultural. Fazendo ao mesmo tempo um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os recursos naturais”, explicou.

O Secretário entende que o caminho é equilibrar economia interna com o bem-estar da sociedade, aliando o conceito de

sustentabilidade com o desenvolvimento sustentável. “O cidadão precisa ser livre e educado no âmbito social e ambiental, para garantir progresso econômico e melhoria na qualidade de vida das gerações futuras. A proposta é justamente fazer um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e a manutenção do bem estar social, a preservação do meio ambiente, a geração de novos recursos e evitar o esgotamento dos recursos naturais”, ressaltou, afirmando que a educação é o caminho certo.

Para Ramos “o cidadão precisa ser livre. Livre no seu propósito, livre na sua manifestação de pensamento. O cidadão precisa

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do Ronda
no Bairro.*

ser educado. Seja do ponto de vista de segurança ou do ponto de vista de educação ambiental. Teremos uma sociedade mais evoluída e menos violenta quando derrubarmos as atuais estra-

Crimes ambientais e segurança institucional na Amazônia

Outras duas palestras tiveram destaque neste primeiro painel abordando questões ambientais e de sustentabilidade: As Instituições de Segurança da Amazônia e Sustentabilidade, pelo Tenente Coronel da Polícia Nacional da Colômbia, Nécton Lincoln Borja Miranda; e O Enfrentamento do Desmatamento e Questões Ambientais em Geral na Região Amazônica, pelo delegado da Polícia Federal de Roraima, Fabrício Garbi.

O delegado Fabrício Garbi propôs uma reflexão a respeito dos conceitos de sustentabilidade, aliado a segurança pública e combate ao crime organizado. Em sua exposição ele relatou os desafios enfrentados ao longo das duas maiores operações realizadas em Roraima para combate ao desmatamento e a retirada ilegal de ouro. “Ao final das operações, nós conseguimos reduzir aproximadamente 80% do desmatamento na região. Estamos



**Tenente Coronel da Polícia
Nacional da Colômbia, Nécton
Miranda**



tégias de repressão tão utilizadas pela segurança pública, trabalhando com o viés social, com a prevenção”, completou.

Ele defendeu também a necessidade de tratar a sustentabilidade dentro da segurança pública com um viés ecológico, considerando que um cidadão, se bem educado, “não vai jogar lixo na rua, não vai roubar, terá naturalmente uma consciência ambiental enraizada desde cedo na sua essência”.

De acordo com seu ponto de vista, a proposta de sustentabilidade vai muito além de uma simples orientação ecológica. É importante ela mostrar e ensinar a real situação do ambiente natural hoje, e as devidas medidas a se-

rem tomadas: É fundamental que além dessa participação, do cidadão, seja ele ribeirinho ou não, com noções de educação ambiental, ele tenha garantia de cidadania. Que ele tenha garantida a sua participação nas políticas públicas, que ele seja contemplado com uma série de pré-requisitos necessários para o exercício do seu poder político e do seu poder enquanto cidadão.

Segundo Ramos as questões sociais são o fator determinante no resultado final dos objetivos, priorizando sempre a educação para a formação do cidadão. Ele apresentou a simples equação: cidadania + segurança pública = segurança pública, seu ponto sus-

tentável como solução para todos os problemas de cunho social, incluindo a segurança pública.

Ramos encerrou sua palestra afirmando que a segurança pública deve proteger e beneficiar a vocação florestal e por intermédio das terras e de suas riquezas, sejam elas animais, vegetais e minerais, possibilitar o desenvolvimento da Amazônia. Portanto, a proposta de segurança pública é preservar a vocação ambiental e promover o desenvolvimento. Isso passa, sem dúvida nenhuma, segundo ele, por noções, sentimentos e valores afetos a cidadania, que deve ser o desafio principal a ser buscado pelo sistema de segurança pública.



Delegado da Polícia Federal de Roraima, Fabrício Garbi

vendo madeireiros e garimpeiros indo embora, voltando para suas terras”, relatou o delegado.

Segundo ele, as operações só conseguiram atingir os resultados esperados depois que os policiais perceberam que não adiantava prender o caminhoneiro que transportava a madeira ou o garimpeiro que fazia a extração do ouro. “Não dá mais para fazer segurança pública sem raciocínio, sem inteligência. Não adianta mais sair por aí correndo atrás de qualquer um. A gente precisa ir atrás de quem financia, de quem tem dinheiro”, argumentou Garbi.

Em relação aos garimpeiros, o delegado esclareceu que os trabalhadores ilegais ficam submersos por até cinco horas para extrair o

ouro, arriscando sua vida pelo sustento da sua família. “A realidade do garimpo é uma guerra. O sujeito fica submerso por cinco horas com um cano jogando ar através de um tubo que ninguém sabe se teve manutenção ou não. No caso das madeiras, ainda tínhamos de combater a corrupção de servidores federais que favoreciam o transporte ilegal da madeira”, explicou.

Garbi sustentou que combater o crime organizado é bem mais do que prender os envolvidos. De acordo com ele, no caso da região amazônica, combater o crime organizado é proteger a natureza da ação do homem. “Proteger a natureza, defender a natureza, não é só defender árvore ou o bicho. É defender o ser humano também”, ponderou.

Exército cumpre função social nas regiões de fronteira

Proteger a fronteira amazônica é antes de tudo não impedir o desenvolvimento que pode ser adquirido por meio da biodiversidade. O Exército Brasileiro não tem medido esforços, em parceria com outros institutos governamentais, para proteger e auxiliar uma série de caminhos que levem ao desenvolvimento da região. Este é o posicionamento do coronel do Exército Brasileiro, Júlio Natividade, quando se trata da proteção das fronteiras da Amazônia.

O coronel relatou em sua exposição “A proteção das fronteiras amazônicas: o estágio atual” as principais dificuldades em resguardar uma fronteira de 11 mil quilômetros divididos entre sete países, com culturas, costumes e jurisdições diferentes. “Uma das dificuldades de se caracterizar a fronteira é que ainda encontramos diversas áreas de preservação ambiental, terras indígenas e províncias minerais que estão sobre jurisdição de órgãos federais distintos. Suas normas ora se complementam, ora se sobrepõe ou ora se chocam”, ressaltou o coronel.

Segundo ele, o Exército Brasileiro tem plena consciência de

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

Secretário executivo do Ronda no Bairro.

que por meio da floresta e fronteira amazônicas, o país inteiro pode ser beneficiado com o desenvolvimento, por isso há pelo menos duas estratégias de segurança muito bem definidas. A primeira é relacionada à ocupação e ao social. Há pelotões especiais de fronteira em pontos que controlam vias do território nacional. “São os olhos, os ouvidos e as vozes da estrutura militar”, destacou Júlio Natividade.

Além da finalidade militar de proteção, eles cumprem uma finalidade social uma vez que por meio deles é possível se chegar a médicos, energia elétrica e educação. A segunda estratégia é ofensiva e tem como base operações militares para proteção e

segurança de toda faixa de fronteira em parceria com órgãos brasileiros e internacionais.

Interação decisiva

O coronel esclareceu que as questões de segurança e defesa dependem muito mais da interação entre os países que fazem parte da fronteira do que do uso de tropas e armas. “Essa integração não pode se basear apenas em integração física, temos de ter uma integração social, uma política mínima que



militar e nteiras



**Coronel do Exército Brasileiro,
Júlio Cezar Natividade**

concilie na faixa de fronteira os diversos interesses e as diversas demandas sociais”, avaliou.

Ele explicou que o sistema integrado de monitoramento da fronteira se baseia em três pilares. O primeiro é baseado na vigilância por meio de sensores. Há centros de vigilância em Manaus, Porto Velho, Belém e Boa Vista que recebem informações

atualizadas da fronteira e decidem se as situações estão dentro da normalidade ou não.

O segundo pilar se baseia na interação intergovernamental entre os países que compõem a fronteira amazônica. “De nada adianta o Brasil preservar a fronteira, se a Colômbia, por exemplo, abrir mão da segurança de seu país”, disse Natividade.

O terceiro e último pilar está relacionado a uma estrutura que dá suporte social às populações

que moram em regiões fronteiriças. Nesse contexto, o principal desafio do Exército não é a proteção, mas mudar a perspectiva sobre a Amazônia. “Nós não podemos tratar as fronteiras da Amazônia como se fossem regiões problemáticas, que nos inibisse e nos levasse a resignação. Nós temos que tratar a Amazônia e suas fronteiras como regiões desafiadoras que venham a nos incitar a ação”, ponderou o coronel.

Programa Ronda no Bairro demanda maior participação da comunidade

O secretário executivo do Programa Ronda no Bairro da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, tenente coronel Amadeu Soares, finalizou o primeiro bloco de palestras do II SISAM esclarecendo os avanços no combate à criminalidade após a implantação do programa e a importância da participação da sociedade nas ações voltadas a prevenção dos delitos em Manaus.

Segundo Soares, o foco do Ronda no Bairro é fazer com que o cidadão participe dos atos de prevenção e ajude a polícia comunitária a atuar. “Mais importante do que reprimir a violência, é atuar na prevenção, antes que o crime ocorra. Isso exige uma maior participação e envolvimento da comunidade”, esclareceu.

Além da participação da comunidade, a integração das Polícias Militar e Civil é fundamental para mudar os rumos da segurança pública no Amazonas. O tenente coronel esclareceu que as duas polícias em Manaus tem trabalhado de forma integrada — cada uma com seu papel constitucional —, com banco de dados, rotinas de

trabalho, esforços, capacitação e desenvolvimento de atividades preventivas.

Ele contou que para implantação do Programa Ronda no Bairro, o Governo do Estado realizou um georeferenciamento da cidade. A capital amazonense foi dividida em seis zonas administrativas como foco principal da estratégia de ocupação da superfície da cidade. “Foram criados 192 módulos de policiamento com 16 policiais militares fazendo as rondas”, esclareceu.

A partir do mapeamento da cidade por meio do georeferenciamento, o Governo do Estado atualizou os acervos de vídeos, os sensores de rastreamento, instalou cercas eletrônicas, sistemas de monitoramento por internet de três gigas. “Criamos um sistema que integra as Polícias Militar e Civil para que elas operem no mesmo sistema informatizado e tenham acesso a todo procedimento, ou seja, o banco de dados da Secretaria de Segurança Pública passou a ser único”, disse o secretário executivo do Ronda no Bairro.

Um dos principais avanços, por exemplo, foi dotar a viatura

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do Ronda
no Bairro.*

de telefone para que os policiais possam estar em constante contato com a população. Para equipar as viaturas e fazer com que os telefones móveis funcionassem, foi necessário ainda instalar torres de comunicação em toda a cidade que são interligadas a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM).

O tenente coronel Amadeu Soares ressaltou ainda os investimentos em aparelhamento. De acordo com ele, antes da implantação do programa a Polícia Militar tinha cerca de 80 viaturas para fazer rondas diárias pela cidade. Atualmente, esse número saltou para 600 e deve chegar a 800 até o final de 2012.

Até outubro de 2012, o Gover-



no do Estado já tinha investido R\$ 391 milhões no Ronda no Bairro destinados ao aparelhamento do programa. Foram investidos ainda R\$ 395 milhões em aumento no número e nos salários de policiais militares, civis e bombeiros. “A partir do Ronda, os policiais passaram a ter capacitação continuada. Todo mês, os policiais que tiveram um bom desempenho são reconhecidos e premiados e isso os faz sentir melhor”, explicou Soares.

Ação integrada: a chave para o sucesso

Soares garantiu que a partir do programa, a polícia está mais próxima e mais acessível à população. Ele informou que as Polícias Militar e Civil passaram a ter três malhas protetoras. A primeira é referente à integração 24 horas para proteger o cidadão. “É aquela polícia que está lá, trabalhando 99% do seu tempo para proteger o cidadão com ações preventivas e repressivas quando for o caso”, disse.

A segunda malha protetora é composta pelo delegado das seccionais, que é o comandante da

Secretário Executivo do Programa Ronda no Bairro, Tenente Coronel Amadeu Silva

área, que com sua força tática vai atrás do crime. “Ele vai atrás daquelas quadrilhas e assaltantes que não foram pegos em flagrante pelos policiais do Ronda”, esclareceu Soares. Já a terceira malha é formada pelas unidades especializadas, pelas tropas de choque e delegacias especializadas. “Esses policiais vão em busca das grandes quadrilhas, do traficante que muitas vezes está fora do Brasil, mas comanda o tráfico aqui e cria problemas para nós”, explicou o tenente.

O Programa Ronda no Bairro caminha agora para iniciar a série de palestras e aproximação com a sociedade por meio de ações e programas sociais. O tenente coronel esclareceu que os policiais já estão participando de palestras de sensibilização na Zona Norte e o resultado vem sendo positivo.

“É muito bom colocar tudo na conta da segurança, porque no final é ela que tem que segurar mesmo, mas isso acontece depois que falhou a família, falhou a escola, falhou igreja, falhou o município e

falhou o Estado. Agora, iremos fazer o caminho inverso. Iremos dizer: Vem cá família faça o seu papel. Vem cá igreja faça o seu papel. Para que todos integrados possam melhorar a vida das comunidades. Aí sim estaremos aplicando a cidadania. Fazendo com que as pessoas saibam os seus direitos, os seus deveres e que possam nos ajudar a fortalecer cada vez mais a cidadania no nosso Estado”, explicou Soares.

Resultados a olho nu

Entre as ações executadas no bojo do Programa Ronda no Bairro, está ainda a ronda escolar. De acordo com ele, onde há uma escola municipal, estadual ou particular, a polícia está presente para reprimir qualquer ato de violência e até mesmo para prevenir a evasão escolar. “Dados da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SE-DUC-AM) demonstram que houve uma redução de 40% na evasão escolar em escolas da Zona Norte por onde o Ronda começou a atuar”, garantiu.

A diminuição nos índices de criminalidade nas zonas da cidade onde o Ronda no Bairro já está atuando é alta. Na Zona Norte — primeira a receber o programa —, nos seis primeiros meses houve uma redução de 20% nos homicídios consumados e 48% nas tentativas de homicídios. As lesões corporais tiveram um aumento de 700% no primeiro mês de implantação do Ronda, mas atualmente estão em 1%. Houve 36% de redução em

ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ

Pedagogia Cidadã, de Antanas M

O ex-prefeito de Bogotá, filósofo e matemático Aurelijus Rutenis Antanas Mockus Sivickas, chegou a Manaus com a chancela de principal autoridade no campo da segurança pública e dos mais aguardados conferencistas do II SISAM - Seminário Internacional de Segurança da Amazônia, realizado em Manaus, nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2012. O homem de modos acanhados, mas fala impecável, trouxe no currículo, entre outros méritos, o de ter desenvolvido um programa de políticas públicas que, em dez anos (entre 1993 e 2003), reduziu em 80% - de 88 para 22 a cada 100 mil habitantes - a taxa de homicídios da maior metrópole colombiana.

Antanas Mockus foi protagonista no Painel II Estratégias e Práticas de Segurança Cidadã, abordando o tema “Experiência de Êxito em Segurança Cidadã: Caso Colombiano”. Em sua exposição explicou a filosofia do seu programa denominado “Cultura Cidadã” que prega a íntima correlação entre os hábitos culturais e a violência.

Através do programa aumentou o investimento público em cultura, criou assembleias populares e conselhos integrados de gestão, promovendo a participação social na vida da cidade. “A polícia tem que entender a cultura e a cultura tem que entender a polícia”, afirma ele, que acredita na sociedade autogerida, em que os cidadãos podem induzir outros cidadãos às boas práticas sociais.

Ex-reitor da Universidade Nacional da Colômbia, foi eleito prefeito de Bogotá sem nenhuma experiência política. Contudo, soube levar as teorias sociais da universidade para uma “sala de aula de 6.5 milhões de habitantes”, como descreveu a revista eletrônica Harvard Gazette. Ele adotou durante suas duas gestões como prefeito uma espécie de pedagogia cidadã com base em sérias pesquisas de diagnóstico sociocultural feitas em seu governo.

Atualmente, Antanas Mockus preside a ONG Corpovisionarios, que já fez estudos de diagnósticos culturais para ações governamentais em mais de dez cidades da América Latina, inclusive no



Brasil, em Belo Horizonte - MG.

Em entrevista à Revista do SISAM 2012, Mockus descreveu como conseguiu promover uma mudança drástica no sistema de segurança pública e no modo de vida das pessoas em Bogotá.



Mockus, é destaque no II SISAM



Filósofo e matemático Antanas Mockus

Cidadania no trânsito

No combate à violência no trânsito, determinou que fossem distribuídos 350 mil cartões vermelhos (de desaprovação) e verdes (de aprovação) para que os motoristas-cidadãos “auto-gerissem” o trânsito. Marcou

com estrelas centenas de lugares onde acidentes com vítimas fatais haviam ocorrido, a fim de causar reflexão. E mais: com bom humor e criatividade, co-

locou um exército de mímicos para gerir o trânsito, que zombavam de motoristas infratores ou “corrigiam amavelmente”, como diz ele, os maus motoristas. Resultado: o número de acidentes fatais de trânsito reduziu de 130 para 60 mil por ano.

Violência urbana

No combate a outras formas de violência, atacou o problema por vários aspectos. Criou números de telefone com atendimento específico para casos de violência familiar e de gênero, aumentando a rede de atendimento específico a casos como abuso sexual e brigas entre casais. Instituiu a Hora de Zonaharia, que proibiu o funcionamento de bares depois de uma hora da manhã, diminuindo as ocorrências causadas pelo consumo excessivo de álcool. Além disso, apoiou a polícia em processos de capacitação especializada, formação geral e integração com outros setores da sociedade.

Para ele, as noções de cultura e moral precedem a lei e a justiça, e é preciso entender as justificativas de desobediências da lei para poder combatê-las melhor. “As barreiras culturais contra o crime e contra a violência não são tudo. Há necessidade da

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do Ronda
no Bairro.*

ação policial e judicial especializada, mas são como duas rodas que tem que se sincronizar. Se aumenta a desaprovação cultural à ilegalidade e à violência, a tarefa dos juízes e da polícia se facilitam”, disse Mockus.

Líder pedagógico

Antanas Mockus é, de fato, tão excêntrico quanto sua figura sugere. Com o talento de um professor, o então prefeito de Bogotá foi à televisão incitar a população a economizar água. Utilizou um vídeo em que aparece tomando banho e desligando o chuveiro para se ensaboar, e conclamando a população a fazer o mesmo. Aos poucos, a economia foi sendo sentida no bolso e a população começou a usar menos água. No fim do seu segundo mandato, a redução no consumo de água já havia caído quase para a metade.

Em outra ocasião, em campanha pela redução da violência na cidade, Mockus pediu a 500 jovens que deitassem nas covas vazias de um cemitério recém-



construído, produzindo uma imagem que chocou a população porque pareciam pessoas mortas. “Em pedagogia, é muito importante visualizar. As coisas são muito mais chocantes visualmente”, destacou ele.

Apesar de tudo, o colombiano descendente de lituanos não atribui a si próprio o mérito pelas transformações positivas pelas quais passou a cidade de Bogotá. “Existe uma tendência em ser dependente de líderes individuais. Para mim, é importante desenvolver a liderança coletiva. Não me sinto responsável pelas coisas que conseguimos. Milhões de pessoas contribuíram para os resultados que tivemos”.

Talvez o principal mérito de Antanas Mockus seja justamente esse: como professor, ele sabe que o conhecimento só tem razão quando ensinado e, como político, reconhece a liderança enquanto democrática apenas quando ela também é exercida pelos cidadãos. A participação social em seus governos, por meio de conselhos populares e orçamento participativo, aliado às suas “pílulas teóricas” em constantes aparições públicas, motivou toda a sociedade a ser coparticipante da qualidade de vida social.

“O conhecimento dá poder às pessoas. Quando a escola, a família, a mídia fracassam, só então a polícia e a justiça devem entrar em ação, mas é uma corresponsabilidade de todos”, diz ele, que crê que a polícia e a justiça, no entanto, também devem ser “autoridades pedagógicas”.



Ricardo Balestreri, consultor e ex-secretário nacional da Senasp

Não interessa às elites tradicionais de países como o Brasil polícias fortes, diz Balestreri

“Como eu posso falar da integração polícia e sociedade como se fossem diferentes? Nós não precisamos integrar as mesmas coisas. Precisamos encontrar o modelo de filosofia estratégica, eu diria do *modus operandis*, para que a polícia represente plenamente aquilo que ela é. A sociedade”. O questionamento seguido de uma afirmação

é do ex-secretário nacional de segurança pública professor Ricardo Balestreri, que desmistificou a relação polícia/sociedade como dois elementos apartados, contrapondo o próprio tema de sua conferência: *A Integração Polícia e Sociedade: Realidade e Mitos*. Ele também explicou porque, no Brasil, ainda existe a crença de que a polícia existe para “conter os pobres e proteger os ricos”.

Balestreri defende a tese de que não interessa às elites tradicionais de países como o Brasil - sejam elas políticas ou econômicas - polícias fortes, representativas e apoiadas pela população. “Sabe por que não interessa? Porque a velha máxima em um país como este é que a polícia existe para controlar os pobres. Ou melhor, para conter os pobres e proteger os ricos. Não me entendam mal! Isso

é um discurso ideológico. Não um discurso esquerdista. É uma mera constatação de um velho professor de história. Se nós analisarmos a história da segurança pública no Brasil, nós vamos perceber que esta foi a máxima sempre válida. Uma polícia para conter os pobres e proteger os ricos”, sustentou.

Segundo Balestreri esse modelo de polícia é cercado de grandes equívocos. “Essa polícia não pode ter conhecimento acadêmico, não pode raciocinar por conta própria, não pode receber bons salários, não pode ter direitos humanos. Aí essa polícia não tem direitos de espécie alguma, só tem deveres. Porque essa polícia deve ser fraca na lógica da contenção. Forte para conter os humildes e fraca para se opor aos desmandos do poder. Esta é a velha lógica que nos levou ao ponto de acreditar que a sociedade é uma coisa e que a polícia é outra, e que nós precisamos integrar as duas”, explicou, advertindo que é preciso derrubar esse mito.

Um policial para chamar de seu

Fazendo uma rápida menção histórica justificando ainda como esse mito se fortaleceu, o ex-secretário ressaltou que no Brasil a polícia já se representava muito mal na lógica das elites. “Nesse país a polícia já surgiu na lógica do capitão do mato, de caçadores de escravos, do jagunço dos coronéis. E por aí foi se desenvolvendo”, contou, lembrando que em meados dos anos 50, entretanto, segmentos vanguardistas da Polícia Mili-

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do Ronda
no Bairro.*

tar e da Polícia Civil iniciaram um processo de reformas internas.

“A Polícia Militar ensaiou uma reforma que vinha se configurando como excelente. Era um modelo de proximidade intuitiva. Não científico, mas nem por isso menos qualitativa e menos magnífica”, disse, ressaltando que se tratou de uma reedição do papel social da polícia. “Porque não é a polícia na sociedade, é a polícia como parte da sociedade. E aquela experiência de meados dos anos 50, que começou lá no Rio de Janeiro e contaminou todo o Brasil, foi a experiência do Cosme e Damião. Eu tenho 54 anos e eu vivi intensamente a cultura o Cosme e Damião”.

Segundo Balestreri o modelo Cosme e Damião não era a polícia de proximidade no sentido do rigor científico, que se aplica atualmente, mas era uma intuitiva experiência do rigor de proximidade. “Era o policial que conhecia quem nós éramos. Sabiam o nosso nome e sabiam onde nós morávamos. E nós sabíamos o nome e o sobrenome do nosso policial”,

descreveu, lembrando ter contado essa história para uma jornalista que produziu um texto jornalístico sobre o assunto e o publicou com o seguinte título: Um policial para chamar de seu. “Foi o mais belo título que eu já vi para uma matéria jornalística sobre segurança pública”, destacou.

Cultura acadêmica na Segurança Pública

Balestreri lembrou também que a segurança pública não pode ser planejada sem considerar a academia. “Nós não podemos fazer segurança pública de qualidade de maneira provinciana, de maneira paroquialista. No mundo complexo que nós estamos vivendo, é preciso que saibamos utilizar os saberes de todos os segmentos para construir um sistema complexo de segurança pública”, observou.

Segundo ele, a segurança pública não pode ser feita de maneira amadorística e nem empirista. Ele entende que é preciso conhecer o saber da rua, do dia a dia, do cotidiano, mas, também o saber da academia.

“Estamos aqui com a mesma intenção, que é descortinar os mistérios da segurança pública. Todo mundo diz que a segurança pública é uma caixa preta. É uma das áreas mais difíceis de trabalhar. Então estamos aqui para descortinar a segurança pública e tentarmos, para os nossos países, construir uma segurança de melhor qualidade, sempre a luz da reflexão dessa complexidade”, finalizou.



Pará adota medidas estruturantes e executa o Propaz



**Secretário de Estado de Segurança Pública do
Pará, Luís Fernando Rocha**

O Secretário de Estado de Segurança Pública do Pará, Luís Fernandes Rocha, abordou o tema “Políticas Públicas para a Prevenção Social da Violência e Criminalidade” trazendo importantes contribuições e experiências bem sucedidas do seu Estado para a área do desenvolvimento de políticas de segurança cidadã. A principal, o Propaz, programa

da área de segurança pública que utiliza a prevenção social como principal estratégia de combate à criminalidade. Embora no início de sua gestão tenha encontrado um orçamento de zero por cento na pasta da segurança, conseguiu buscar recursos e avançar na redução dos crimes com prevenção social e políticas públicas integradas.

Segundo Rocha, o discurso do aparelhamento da polícia

para prover a eficiência da segurança pública já está defasado na medida em os estados – em sua maioria – conseguiram se estruturar e atender essas demandas, mas, não conseguiram melhorar a segurança de um modo geral. “A gente percebe que não melhorou. Portanto, a estratégia tinha que ser outra. Por isso adotamos medidas estruturantes”, explicou, referindo-se ao Propaz.

Por meio do programa, foram

integradas todas as políticas públicas com a segurança pública, inclusive nas ações entre estado e município. Na estrutura da Secretaria de Segurança foi criada a Diretoria de Prevenção Social da Violência e Criminalidade cuja finalidade é identificar áreas de riscos, áreas e populações vulneráveis, e as demandas dessas comunidades para subsidiar políticas públicas das outras secretarias de governo; e também o IPP que faz a integração das políticas públicas na mesma unidade. “O diferencial é a integração dessas políticas públicas na mesma unidade”, ressaltou.

Resultados

Segundo o secretário, logo no primeiro ano de implantação, o programa já começou a apresentar bons resultados. O bairro onde foi instalada a primeira unidade integrada Propaz apresentou índices de mais de 10% na redução da criminalidade. Nos homicídios a redução desse índice foi bem maior, afirmou ele.

Rocha acredita que não se deve tratar a violência e a criminalidade com um único remédio. Tem que ter vários remédios que possam minimizar os índices. “Nós temos o combate intensivo ao tráfico de drogas. Essa é uma política que está sendo adotada intensivamente. De 2011 até agora foram feitas mais ou menos dez mil prisões. Disso, mais de 2/3 são de traficantes. Com isso conseguimos reduzir bastante os números”.

Ele citou como exemplo Belém, que no ano passado conseguiu diminuir os homicídios em 32%. No Estado, como um todo, a redução foi de 15% em relação a 2011-2010. Em relação a 2012-2011 essa redução tem sido menor em razão da “queima de gordura” do programa.

Outro importante resultado foi a redução da impunidade considerada fundamental pelo secretário. “Essa questão foi mostrada pelo doutor Mockus (Antanas Mockus, ex-prefeito de Bogotá), a projeção que isso dá com respeito à legislação e ao Estado. O Estado tem que ser respeitado. Então esse trabalho de redução da impunidade, da apuração, da investigação, tem sido muito forte”, disse.

Sistema Penitenciário

O secretário falou também da reestruturação do sistema penitenciário no estado do Pará ressaltando que não adianta o Estado implantar um programa

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do Ronda
no Bairro.*

de repressão ao tráfico, à impunidade, apurando crimes para responsabilizar as pessoas, para que elas cumpram o seu débito com a justiça se não tiver um sistema penitenciário estruturado.

O Pará tem hoje 12 mil presos e 6, 4 mil vagas. Entre 2007 e 2010 foram criadas apenas 400 vagas. “Até o final deste ano, nós estaremos concluindo a construção de várias cadeias públicas com 2,5 mil vagas. Mais 1,5 mil que devem ser iniciadas em um convênio com o governo federal. Então mais ou menos até o final de 2013 nós vamos ter umas 4 mil vagas e vamos chegar até o final do governo sem nenhum excesso de presos, ou seja, equalizando o número de presos por vaga”.

Inteligência Policial

Conforme o secretário, outra importante medida estruturante foi o fortalecimento da inteligência policial. Com a reformulação do sistema de segurança pública do estado do Pará foi criada a Secretaria Adjunta de Inteligência que conseguiu integrar outros órgãos. Rocha explicou que não se trata de inteligência exclusiva da Secretaria de Segurança, pois cada setor tem o seu. “A polícia também tem direcionado as investigações ao Judiciário. Mas, estamos atuando de forma integrada. Com isso, conseguimos realizar operações integradas do sistema como um todo e acredito que isso tenha proporcionado a redução da criminalidade”, concluiu.



Municipalização é o caminho para promover segurança nos municípios

Para o delegado da Polícia Civil do Amazonas, Raimundo Pontes Filho, lidar com segurança nos municípios da Amazônia é um grande desafio. Os problemas começam na logística e se estendem até as questões culturais. Diante disso, ele questiona: “Como municipalizar a segurança pública? O que significa entrar na segurança dos municípios da Amazônia? Seria possível construir uma grande rede entre os municípios da Amazônia semelhante à Internet? Seria possível construir essa rede entre os aparelhos de segurança?”

As reflexões fizeram parte da palestra “Os Municípios Amazônicos e a Segurança”, proferida por Pontes na tarde do dia 29. O delegado destacou que a principal dificuldade para promover políticas públicas de segurança no interior é a comunicação. “A Internet quase não funciona e nós não temos nenhuma rede que interligue as delegacias do interior a outras estruturas importantes aqui de Manaus. Por outro lado, cabe ao Município promover a segurança



**Delegado de Polícia Civil,
Raimundo Pontes Filho**

nas suas sedes. Mas, o serviço é ruim”, afirmou.

Segundo Pontes Filho, atualmente, um dos principais problemas dos municípios é o sistema penitenciário, os presídios. Isto é, a falta deles. “Na verdade, não existem presídios no interior. Os presos ficam nas delegacias. E quando você pergunta quem está cuidando dos presos, qual a proposta do município para os presídios, todos se omitem. Ninguém

quer ficar com a batata quente”, ponderou, lembrando que essa não é uma responsabilidade do Estado.

“Os municípios geram os delinquentes, mas não têm resposta para lidar com a situação, com os fatores que geram essa criminalidade”, disse, advertindo que no Estado isso já acontece, sem que sejam observados os fatores que geram essa criminalidade. “A questão é: nós vamos reproduzir para os municípios o que já estamos fazendo nos estados? Ou seja, construir presídios, construir delegacias, contratar mais policiais são indicadores de desenvolvimento social e de segurança? Não! Essa não pode ser uma linha de conduta”, afirmou o delegado.

Se o Estado pretende fazer a municipalização da segurança é necessário atentar para o papel que o município tem em relação à segurança pública, defende Pontes Filho, argumentando que se for cobrado do município apenas a tarefa de ter polícia, delegacias e presídios, perde-se a grande oportunidade de atuar nos fatores que geram a criminalidade.

“O município, por ser a comunidade, o local do cotidiano das pessoas, é o espaço oportuno para se trabalhar diretamente os motivos. Ou seja, de se trabalhar mais nas causas e não apenas nos efeitos. Segurança pressupõe medidas em que a gente possa atuar no nascedouro também. E os municípios são um ponto privilegiado para isso”, completou.

Plantio de folha de coca, no Peru cinquenta metros da fronteira co

Enquanto o Peru e a Colômbia disputam o segundo lugar como maior produtor da folha de coca do mundo – nenhum dos dois países quer ser primeiro lugar –, a região do Rio Javari, que integra a fronteira Brasil/Peru já começa a ser inclusa nos estudos das Nações Unidas como região de plantio e de produção de insumos para a fabricação da cocaína. Esse movimento tem sido detectado na região ao lado do Rio Javari, a cinquenta metros da fronteira do Brasil. A afirmação é do Major Miguel Angel Palma Vargas, da Polícia Nacional do Peru, feita durante a palestra “Segurança e Cidadania no Espaço Amazônico: O contexto peruano na área do Combate Nacional e Internacional ao Tráfico de Drogas”.

Através de mapas, Palma Vargas demonstrou as regiões do Peru que fazem fronteira com o Brasil – Loreto é o Estado e Quito é a capital –, o nível de comércio entre as regiões e o significado da folha de coca em seu país. “A folha de coca é uma planta que não é uma coisa ruim. A única coisa que não é boa, é que a planta contém muitos alcaloides, entre eles, um alcaloide que se chama cocaína. É isso



**Major Miguel Angel Palma Vargas,
da Polícia Nacional do Peru**

que a torna perigosa quando é mal utilizada”, explicou.

Segundo o Major, em 2005 as Nações Unidas começaram a monitorar o semeio de folha de coca no Peru e detectaram 500 hectares. Até o ano de 2009, a produção chegou a 1.666 hectares. Esse

monitoramento foi publicado em 2009, apontando as regiões de Maranhão e Utumario como áreas monitoradas. “A área que aparece verde no mapa é o rio Javari. É a nossa fronteira natural. Essa área não foi monitorada”, explicou.

No Relatório de 2010 os números subiram de 1.666 hectares em 2009 para 3.199, mais de 90% de crescimento. Mas, o documento

a, está a om o Brasil



ainda não fala da região do Javari. Segundo Palma Vargas, este ano, o documento tinha previsão de ser publicado em junho, mas não foi divulgado. “A informação que nós temos é que a região do Javari já estaria sendo monitorada e contemplada nesse relatório”, disse, lembrando que desde 2008 as polícias peruana e brasileira já têm a informação de existirem plan-

tações da folha bem próximas da fronteira do Brasil.

“Nesse período nós encontramos folha de coca bem em frente à fronteira, do lado do Rio Javari. Dizem que a planta só pode crescer em regiões andinas. Isso é mentira. Pode crescer em qualquer lugar. Esta folha que vocês estão vendo no mapa está a cinquenta metros da fronteira do Brasil, em território peruano”, apontou o Major.

No ano passado, a Polícia Nacional do Peru em parceria com a Polícia Federal do Brasil montaram uma operação para a erradicação da folha de coca denominada Trapézio, um trabalho, conforme Palma Vargas, muito forte “Essa operação foi muito intensa. Fomos nós policiais que fizemos o trabalho. Gostaríamos de ter levado trabalhadores para nos ajudar, mas a logística é complicada. Posso garantir que não é fácil fazer a erradicação da folha de coca na Amazônia. Temos que usar helicópteros e muitos equipamentos para fazer o trabalho”, destacou, lembrando que a polícia peruana utiliza um instrumento conhecido como cocotio que ajuda a retirar a planta da coca desde a raiz. “Se cortar com outra coisa, a planta não morre e cresce mais”, disse o Major.

Durante a operação foram encontrados laboratórios de cocaína ao lado da fronteira brasileira, além de insumos químicos utilizados para produzir a cocaína. “O interessante é que os insumos químicos

são brasileiros. Os traficantes estão mais integrados que as polícias”, adverte Palma Vargas, acrescentando que junto com o tráfico decorrem também os problemas ambientais e de violência causados por ele.

Na operação coube a Polícia Federal brasileira fazer o patrulhamento nos rios enquanto a Polícia do Peru entrava e destruía os laboratórios. “Durante a operação, os traficantes fugiam. E fugiam para onde? Para o Brasil. A Polícia Federal brasileira tinha que estar no rio aguardando por eles”, disse, lembrando que a PF montou uma base do lado brasileiro do Rio Javari e o Peru do outro lado do Rio, em frente à base brasileira. “Desta forma, conseguimos trabalhar bastante integrados”, ressaltou.

Conforme o serviço de inteligência realizado pelo Peru, sob a coordenação do Major Palma Vargas, a principal área de semeadura de folha de coca em seu país está muito próxima do Brasil. “Toda a produção de cocaína no Peru está bem mais perto do Brasil do que os brasileiros estão imaginando. O problema é que agora o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo depois dos Estados Unidos. Para os traficantes peruanos é um mercado muito atrativo. O quilo de pasta-base, que custa aqui em Tabatinga de mil e duzentos a mil e quinhentos dólares, chega a custar em Manaus cinco mil dólares. É bem atrativo fazer esse negócio não é?”, concluiu.

Desenvolvimento da cidadania e crimes ambientais

No contexto das ações da Polícia Federal na região amazônica, foi destaque a palestra do delegado da Polícia Federal, Wellington Clay Porcino, representante da Diretoria de Combate ao Crime Organizado. Ele destacou as dificuldades para o enfrentamento do crime organizado e a importância da polícia para o resgate da cidadania. Segundo Porcino, no ambiente amazônico há inúmeras quadrilhas que geram dinheiro com a participação, inclusive de políticos, para prática de crimes organizados relacionados ao meio ambiente.

Os crimes acontecem geralmente em locais de pouca infraestrutura, regiões onde não há estradas e o Estado está ausente por conta das distâncias geográficas. “São nessas regiões que nós encontramos o coitado do morador da região cortando uma árvore que vale R\$ 500, R\$ 1.000 para o madeireiro ou refinaria e recebendo R\$ 10 para não morrer de fome. São nessas regiões que nós vemos comunidades indígenas, que por falta de opção e apoio, por falta da presença do Estado, vendem madeira e contrariam seus costumes”, observou.

O delegado argumentou que é nesse contexto que a Polícia Fede-



Delegado da Polícia Federal,
Wellington Clay Porcino

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do Ronda
no Bairro.*

ral mais contribui para o desenvolvimento da cidadania no ambiente amazônico. Ao reprimir os crimes ambientais, a polícia dá o primeiro passo para impor a participação do Estado e de outros órgãos públicos nesses ambientes

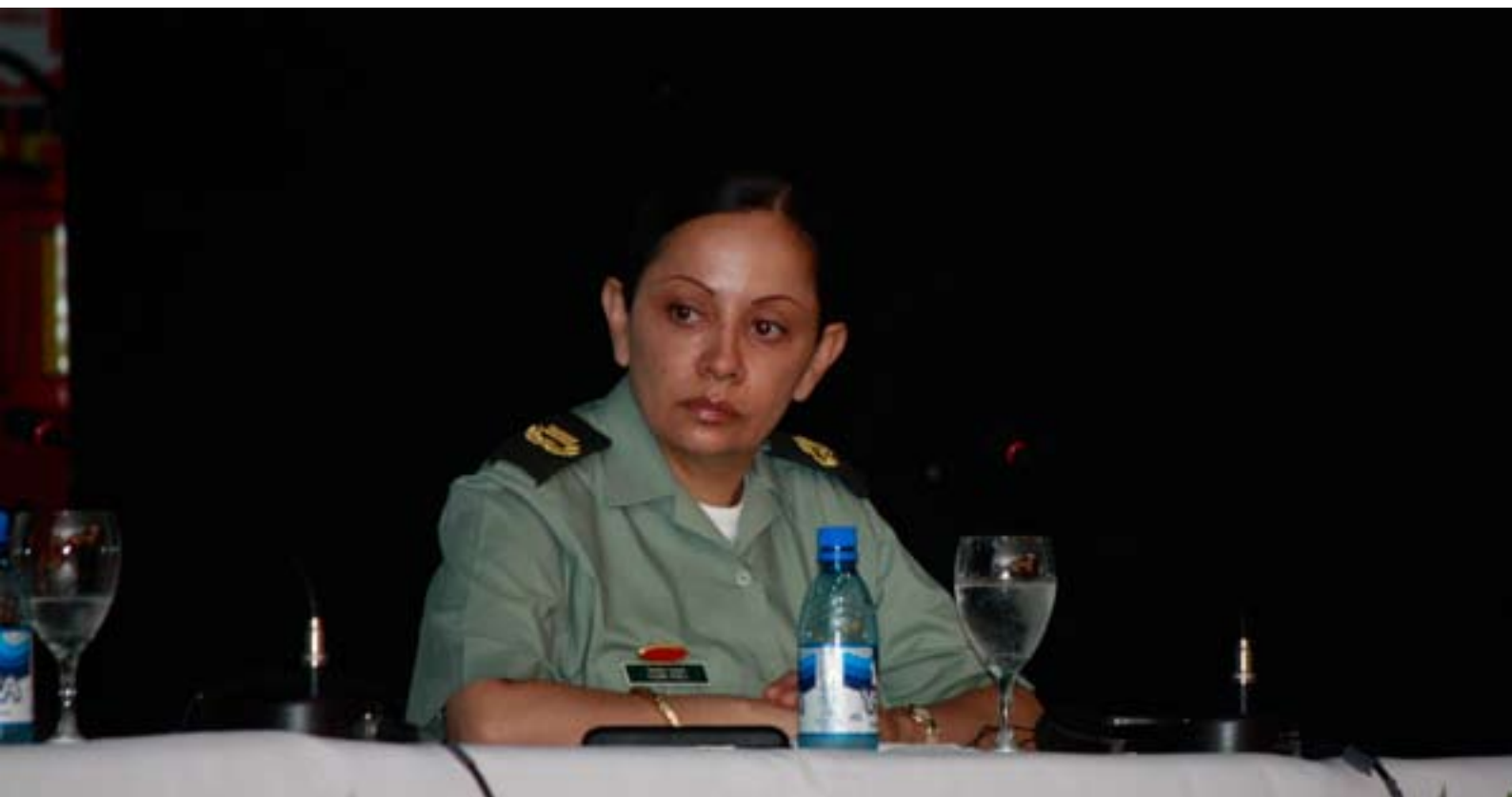
que, por conta dos crimes, acabaram se tornando hostis.

“A primeira forma de o Estado chegar a um local onde inexistente governança e onde há uma violência grande é por meio da Polícia. Porque é preciso de força para se estabelecer. Os grileiros de terras e os grandes madeireiros, não vão aceitar pacificamente abrir mão dos lucros que tem e nem o Estado vai conseguir que se estabeleça uma indústria madeireira legal. É possível que haja uma exploração sustentável. Mas, o processo é caro e trabalhoso e os madeireiros não querem isso”, advertiu o delegado.



COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL EM SEGURANÇA

Colômbia ocupa regiões isoladas com a presença dos *Carabineros*



Tenente-Coronel Yasmin Pérez Cortez, da Polícia Nacional da Colômbia

Durante o II SISAM - Seminário Internacional de Segurança da Amazônia, vários exemplos de políticas públicas bem sucedidas foram trazidos à luz pelos palestrantes. Contudo, talvez a que tenha o significa-

do mais relevante para o Brasil seja o programa Carabineros de Colombia, devido à semelhança do foco de suas ações com as demandas de um país continental como o Brasil.

Apresentado pela tenente-coronel Yasmin Perez Cortéz,

da Dirección de Carabineros e Seguridad Rural, o projeto nasceu justamente com a intenção de ocupar territórios isolados da Colômbia, onde quase não havia

presença do Estado (no Brasil, regiões como o sertão nordestino e a Amazônia têm situação bastante semelhante).

Com foco na pacificação do campo, assolado por problemas de violência, extração ilegal de recursos naturais e tráfico de drogas, mais de cinco mil soldados atendem ao programa, montados em cavalos e munidos de suas carabinas, daí o nome carabineros. No entanto, além do trabalho policial, os soldados também prestam orientação técnica aos camponeses para o desenvolvimento de técnicas agrícolas, pecuárias e na preservação do meio ambiente.

“Para a Colômbia, é primordial a preservação dos recursos naturais”, afirma a tenente, que apresentou vídeos de abordagens a jazidas de minérios em que soldados assumem uma postura pedagógico-ambiental no tratamento com os exploradores ilegais.

A oficial ressaltou que, desse efetivo de cinco mil soldados, quase a metade (2.476, segundo dados da Polícia Nacional da Colômbia) recebeu capacitação em técnicas agropecuárias pelo Sena (Servicio Nacional de Aprendizaje), uma espécie de Senai da Colômbia.

Segundo Yasmin Cortez, o programa, que é reconhecido internacionalmente, tem quatro eixos principais. “Os sistemas agrícolas, os sistemas pecuários, a preservação da natureza e o eixo sócio humanístico (para

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do
Ronda no Bairro.*

solucionar conflitos no campo) são os quatro eixos primordiais do programa, que atende a mais de 3.600 famílias diretamente em toda a Colômbia”, explicou.

“Os soldados do programa tem uma relação de proximidade com as comunidades em que atuam, resolvendo desde casos de conflitos no campo até dando suporte ou orientação às atividades camponesas”, relatou a tenente-coronel, que no fim de sua apresentação homenageou o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Amazonas (Adepol-AM) e coordenador do SISAM, delegado Mario Aufiero, pela organização bem sucedida do evento e o presenteou com o Livro de Oro dos Carabineros.

Na ocasião, o delegado agradeceu a homenagem e estendeu os elogios a todas as classes militares e policiais presentes no evento, que ajudaram a enriquecer o quadro de apresentações do seminário.

Ação conjunta para os pro

O superintendente da Polícia Federal no Amazonas, delegado Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes, foi um dos principais conferencistas do Painel III “Cooperação Interinstitucional em Segurança Pública”, realizado no dia 30 de agosto. Abordando o tema “A Cooperação Internacional: o caso Haitianos no Amazonas”, Fontes ponderou a importância da cooperação interinstitucional para a proteção das fronteiras e garantiu que a atuação conjunta entre países é o caminho para a solução dos problemas das fronteiras amazônicas.

De acordo com o delegado, até este ano, cerca de seis mil haitianos entraram no Brasil, legal e ilegalmente, pela fronteira do Amazonas e do Acre. Foram 1.898 haitianos atendidos no Amazonas em 2011. Em janeiro deste ano o número de migrantes saltou para 328, e até julho o Amazonas já tinha abrigado cerca de 470 haitianos legalmente.

“O Brasil é um país continental com 16.886 quilômetros de fronteiras terrestres e 7.408 quilômetros de fronteiras marítimas.



Anta entre países é a solução problemas de fronteira



Delegado Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes, Superintendente da Polícia Federal no Amazonas

Na região amazônica, essa problemática de fronteira se agrava pela ausência do poder público. O poder público não se encontra na área de fronteira e isso torna os controles dessa região ainda mais escassos e mais difíceis. A

atuação conjunta é o que o nosso país precisa e é o caminho para a solução”, argumentou.

Segundo Fontes, a maior preocupação do governo brasileiro era a possibilidade de uma calamidade pública uma vez que houve um surto de cólera pouco antes do início da migração haitiana. Além disso, o Haiti havia sofrido um terremoto que destruiu presídios e casas de refu-

giados. Portanto, as autoridades brasileiras não tinham como saber até que ponto os cidadãos eram condenados ou se estavam vindo ao Brasil apenas para reconstruir suas vidas.

“O Brasil agiu rápido. Não foi uma atuação exclusiva da Polícia Federal. Mas, eu volto a dizer que sem a parceria com os países vizinhos o problema ainda estaria existindo até agora. Acho que o Brasil agiu rapidamente, desde o prefeito de Tabatinga, o Governo do Amazonas, as polícias militar e civil”, afirmou, lembrando que todos atuaram em conjunto para que a situação durasse o menos possível e não gerasse nenhum problema que comprometesse a imagem do país.

Fronteiras

Fontes explicou que as fronteiras da Amazônia apresentam as situações mais complicadas do ponto de vista da segurança. “Os Estados Unidos com o México tem cerca de 300 quilômetros de fronteira, muros e, pelo menos, umas duas ou três polícias só para fazer a proteção dessa área. E ainda há muita coisa para ser resolvida. Agora imaginem

as regiões de fronteira da Amazônia que são continentais”, ressaltou, advertindo que “o poder público não se encontra na área de fronteira e isso torna os controles dessa região ainda mais escassos e mais difíceis”.

Fortalecendo a ideia de que a atuação conjunta entre os países de fronteira da Amazônia é o caminho para a solução dos problemas, o delegado contou que no mês de agosto foi realizada uma operação conjunta Brasil e Peru para a destruição de laboratórios de cocaína e a erradicação da folha de coca na fronteira. Segundo Fontes, há cinco anos, não existiam plantações de coca na selva amazônica. De cinco anos para cá o país tem em torno de cinco mil a dez mil hectares, com uma capacidade produtiva da droga que vai de cinquenta a cem toneladas, por ano. “Toda essa droga é destinada ao Brasil. Então não existe outra maneira de se trabalhar se não unindo as forças”, disse, destacando que o Peru tem interesse em atuar com as equipes do Brasil.

Refugiados

O delegado ressaltou que embora os haitianos tenham entrado no Brasil na condição de refugiados, legalmente, eles não tinham essa condição, considerando a definição na Convenção de Genebra de 1951. O documento diz que refugiada é toda pessoa que por temor de perseguição devido à raça, religião, nacionalidade, associação a de-

terminado grupo social ou opinião política, se encontra fora do seu país de origem e que devido a estes temores não pode ou não quer regressar.

“Sob o olhar dessa definição, o caso dos haitianos não se adequa a condição de refugiados, mas todos entraram com esse protocolo ou com visto humanitário”, disse, confirmando que a situação dos haitianos estava mais para migrante, que é o movimento de caráter voluntário, podendo ser documentado ou irregular, geralmente motivado por questões econômicas.

A Polícia Federal, segundo Fontes, agiu nesse caso como órgão executor, que cuida da imigração e é a ponta do sistema. Mas, quem decide a respeito de refugiados é o Conare (competência estabelecida na lei nº 9.474). O órgão decide em primeira instância sobre o reconhecimento da condição de refugiados, a suspensão dessa condição, a perda dessa condição, e o que

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do Ronda
no Bairro.*

trata do assunto.

“O Conare também coordena as ações necessárias à eficácia e proteção dos refugiados. No caso de refugiados mesmo, há uma série de medidas que tem que ser tomadas por ele para que seja garantida a segurança, inclusive física e psicologia dessas pessoas”, explicou, ressaltando que se trata de um órgão multiministerial, composto por Ministério da Justiça, Relações Exteriores, Ministério do Trabalho, Saúde, Educação, a própria Polícia Federal e a sociedade civil.

Durante o ano de 2011, 1.898 cidadãos haitianos entraram legalmente pelo território brasileiro. Somente no mês de janeiro desse ano, foram 470 haitianos. Fontes calcula que se forem somados todos os cidadãos haitianos que entraram pelo Brasil, pela fronteira do Amazonas e pela fronteira do Acre, o país tem um pouco mais de cinco, seis mil haitianos.

“A atuação do Brasil não foi, de forma nenhuma, demorada ou atabalhoada. A gente teve uma atuação que eu acredito que países mais desenvolvidos não teriam essa capacidade. Ou seja, de se adaptar rapidamente a uma situação de crise e dar solução a ela. Imagine mil e poucos haitianos acampando na fronteira do México querendo entrar nos Estados Unidos. Eles iriam ficar lá pelo menos um ano, dois anos. Imagine esse pessoal todo saindo da África e tentando entrar na Europa na marra”, avaliou.



Equador instituiu a Natureza como Sujeito de Direito

As mudanças climáticas mostraram ao mundo que a proteção dos recursos naturais do planeta é condição intrínseca à sobrevivência da própria espécie humana. Mostraram também que o modelo de desenvolvimento dos países segue uma lógica que contraria essa ideia. Em função disso, todos os olhares se voltam para a Amazônia como a maior reserva de recursos naturais (e de carbono) do planeta, fazendo de sua segurança parte fundamental da soberania dos países que têm a floresta como patrimônio.

No II SISAM - Seminário Internacional de Segurança da Amazônia, um pequeno país da América Latina, o Equador, mostrou que tem dado um grande passo no sentido da valorização real da natureza e da necessária mudança de perspectiva em torno do desenvolvimento. Pela primeira vez, um Estado nacional instituiu, em sua Constituição Federal, os chamados Direitos da Natureza. Tal estratégia encontra relação direta com a defesa e soberania do país, e pode estimular outros países da Amazônia.

O assessor do Ministerio de Cordinación de Seguridad do Equador, Marcelo Rivadeneira Polo



Assessor do Ministerio de Cordinación de Seguridad do Equador, Marcelo Rivadeneira Polo

Polo, narrou a experiência equatoriana no terceiro e último dia do II SISAM, a partir da nova constituição do país, outorgada em 2008. Explicou a mudança de perspectiva para a garantia de um futuro autossustentável para as próximas gerações. “Houve uma clara mudança na noção de desenvolvimento. Nós consideramos que o crescimento econômico, assim como o PIB, deve ser apenas um dos fatores do bem estar social. O bem viver, este sim, é o principal fator do desenvolvimento”, afirmou.

Marcelo Rivadeneira lembrou que o Equador é o primeiro país a instituir a Natureza como sujeito

de direito, garantindo a preservação de seus recursos naturais, assim como a segurança dos povos que deles sobrevivem, com mecanismos de compensação e imputação aos degradadores. “No primeiro parágrafo da nossa nova Constituição, celebramos a natureza de que fazemos parte e que é vital para nossa existência”, diz ele. Do capítulo 71 a 74 da Carta Magna deste país, especificam-se as garantias do direito humano de utilizar a natureza, desde que não “haja danos irreparáveis ao meio”.

O representante do Equador ressaltou ainda que o presidente do país, Rafael Cortez, liderou um movimento na Conferência das Nações Unidas Rio+20, no Rio de Janeiro, no sentido de inserir no documento oficial do evento a Declaração Universal dos Direitos da Natureza, nos moldes da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O objetivo, no entanto, não conseguiu. O comprometimento dos países desenvolvidos com a preservação dos recursos naturais ainda é o mesmo de quem esvaziou suas reservas e ainda vive num modelo de exploração permanente, que dá sinais bem visíveis de que suas fontes estão se esgotando.

Por outro lado, a iniciativa do

Acre criou o GISP para desenvolvimento

A bordando a temática da cooperação interinstitucional e respondendo à pergunta título de sua palestra “É possível a Construção de Políticas Públicas para Fomentar a Cooperação Interinstitucional em Segurança Pública?”, o Major da Polícia Militar do Acre, Glaysson Jean Moreno, declarou que cooperação e integração são palavras chaves da administração pública e que esse tem sido o caminho adotado por seu estado desde 1999, na área de segurança. Este direcionamento culminou com a criação do GISP – Gestão Integrada em Segurança Pública, dez anos depois.

Segundo Dantas, o GISP é um modelo inovador de gestão integrada, baseado na gestão por resultados, destinado ao planejamento, monitoramento e avaliação sistemática das ações policiais. O objetivo, com sua criação, foi aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade das instituições e órgãos que compõem o sistema integrado da Secretaria de Segurança Pública.

Fazendo uma analogia à natureza cooperativa das pessoas da região Norte, Glaysson Dantas comentou que pelas dificuldades peculiares da região amazônica a cooperação entre as pessoas vem de berço. “O cara nasceu, e já está



cooperando. Empresta a casa, o barco, deixa o filho com o outro. É um tipo de cooperação onde um não manda nas coisas do outro. Isso é muito interessante. Mas, infelizmente não conseguimos fazer isso com facilidade nas instituições públicas”, ponderou.

Os processos de integração em segurança pública no Estado do Acre iniciaram em 1999, na administração Jorge Viana. O setor apresentava um contexto

de institucionalização do crime organizado, conforme o Major. “Nós tínhamos o crime organizado em basicamente todas as instituições. Por quê? Pela separação das ilhas de conhecimento. Nenhuma secretaria tinha interligação e isso consequentemente abria espaço para que esse câncer fosse se aproximando”, disse, lembrando que a partir de então foram efetivadas medidas de combate ao crime organizado, le-

lver gestão integrada



**Major da Polícia Militar do Acre,
Glaysson Jean Moreno Dantas**

vando à desarticulação e a prisão dos líderes.

“Foi aí que começou a nossa revolução. A revolução do Estado do Acre buscando a cooperação, a integração entre os setores da segurança pública”, disse, lembrando que em 2000, com a chegada do Plano Nacional de Segurança Pública, iniciaram os investimen-

tos em capacitação profissional, com a criação do Centro Integrado de Ensino em Segurança Pública. “Nesse período conseguimos formatar o primeiro curso integrado com a participação de Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Militar na mesma sala de aula. Todos aprendendo juntos e depois formando juntos”, contou o Major.

Entre 2009 e 2010, o Acre criou o GISP, um sistema integrado de segurança pública. Segundo Dantas, um programa mais moderno e ousado, baseado nas metas da Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública, que hoje já está sendo utilizado em cinco estados brasileiros. O papel do GISP é potencializar a integração de ações e o fluxo de informações entre diversos setores e unidades especializadas, e de inteligência policial, mas também entre os demais órgãos do sistema integrado.

O GISP é um modelo de gerenciamento implantado pela Polícia de Nova Iorque no início dos anos 90, conhecido como Compsat. Além de modelo de gestão adotado pelo governo do Acre, também inspirou a iniciativa adotada pela polícia colombiana em parceria com a Prefeitura Municipal de Bogotá e no modelo adotado pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Segundo Dantas todo gestor precisa desse mecanismo de inte-

ração. Ou seja, de um programa que priorize a integração e análise de dados, estude e busque soluções de problemas através da integração de informações e da definição coletiva das tarefas operacionais. Inclusive com forte participação de outros grupos e organismos da comunidade. “A comunidade sempre é o nosso maior tesouro. Tanto na parte de informação como em apoio efetivo as operações policiais”, ressaltou.

Com a criação do programa, a Secretaria instituiu um Gabinete de Situação cuja função é resolver os problemas do sistema integrado. “O gabinete chama os comandantes e gerencia o problema em tempo real. Quando necessário, envolve o judiciário. Então não precisamos marcar audiência com o juiz porque ele é convidado a participar. Na verdade, é uma sala de reuniões de gerenciamento de crise”, explicou.

A implementação do GISP, conta Dantas, seguiu quatro pilares básicos: a definição de um espaço geográfico comum - as polícias, a criação da Secretaria Executiva, a consolidação de um sistema integrado de uso e compartilhamento de informações da segurança pública e a criação de unidades regionais, estatísticas e análise criminal. “Essa é a ferramenta de ouro para o sucesso de qualquer plano de integração”, destacou.

SEGURANÇA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento sustentável para erradicar a pobreza

A Amazônia Legal Brasileira compreende cerca de 5,1 milhões de quilômetros quadrados, correspondente a cerca de 60% do território brasileiro. Grandiosa em todos os sentidos, a Amazônia representa uma das maiores regiões fitogeográficas do mundo, abrangendo a maior área remanescente do planeta. Por essa razão é detentora de um imensurável patrimônio genético em biodiversidade, estimado em cerca de 30% do estoque mundial, com elevado grau de endemia de espécies da fauna e flora.

Abriga ainda riquezas minerais – algumas já prospectadas e outras tantas por identificar – como petróleo, gás e outros derivados e conta também com um setor agropecuário responsável pela produção de milhares de toneladas de soja, milho, açúcar e álcool, e um polo industrial de alta produtividade. Mas como explicar a situação de extrema miséria em que vivem cerca da metade da população?



Renato Mendes Freitas,
representante da Suframa

Com este contexto fitogeográfico da Amazônia, acompanhado da pergunta que todos se fazem sobre a situação econômico-social da população amazônica, três especialistas, Renato Mendes Freitas, Coordenador de Estrutura Econômica e Empresarial da Suframa; Marcos Vinício Feres, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Juiz de Fora (MG); e Carlos Roberto Bueno, pesquisador do INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia apontaram o desen-

volvimento sustentável como solução para erradicar os problemas de pobreza e criar alternativas de geração de renda e desenvolvimento econômico para a população. A discussão aconteceu no Painel 4 “Segurança Econômica e Desenvolvimento Sustentável”.

O representante da Suframa, Renato Mendes Freitas, que abordou o tema “O Modelo Zona Franca de Manaus e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, defendeu que além de conscientização – por meio da educação –, é preciso, acima de tudo, monitoramento para que as questões de de-



tável é caminho na Amazônia

envolvimento sustentável possam gerar frutos. “É difícil chegar para um ribeirão que sempre utilizou a natureza de uma forma que ele acredita ser a certa e dizer que está errado. É um processo de reeducação”, disse.

Para viabilizar essas possibilidades a Suframa e o INPA fizeram um acordo de cooperação técnica visando o planejamento e desenvolvimento de uma nova base dos padrões econômicos e sociais. “É importante ressaltarmos que já existem inovações tecnológicas disponíveis com recursos naturais amazônicos. O INPA, em parceria com a UEA, UFAM e agora com a Suframa dando o apoio necessário, tem boas perspectivas para desenvolver produtos e apoiar os já existentes. Estamos otimistas”, destacou.

Renato Freitas demonstrou em sua conferência o crescimento do PIB do Estado nos últimos anos estimulado pelo Polo Industrial de Manaus. Conforme os números houve um crescimento importante, mas também dos indicadores sociais da área de segurança pública. “A segurança perpassa por todas

as dimensões. Porque você tem a segurança econômica, a segurança alimentar, a segurança jurídica, ambiental, e tem a segurança pública, que trabalha mais a questão do patrimônio, da proteção à vida e da pessoa. Nós temos aqui um indicador de crimes violentos letais intencionais: o homicídio doloso, o latrocínio e a lesão corporal seguida de morte. São dados importantes que fazem o contraponto ao crescimento econômico”, explicou.

Na consolidação dos números ano a ano, Freitas demonstrou que se manteve um cenário de crescimento do PIB na Amazônia Ocidental e no Brasil. Houve uma variação positiva, com faturamento do Polo Industrial também positivo. “Aí a gente se pergunta. Se eu estou gerando renda, se eu estou crescendo o PIB, se eu tenho uma segurança econômica, porque aumenta o meu índice de criminalidade? Se eu tenho um aumento de riqueza e essa riqueza não é distribuída uniformemente, evidentemente que vou ter pessoas com renda mais elevada e consumindo mais. Isso facilita, de alguma forma, que crimes possam ser realiza-

dos em face dessa nova realidade. Mas, isto é uma conjectura”, ressaltou.

Ele observa que partindo dessa teoria, se a pessoa tem um aumento da renda significa que terá também uma elevação da taxa de criminalidade. “O que acontece? Se eu tenho uma queda na renda eu posso ter então uma queda na criminalidade? Isso vai variar muito”, afirma, lembrando que existe certa inércia nessas comparações. “Somos uma sociedade que ainda está reagindo”, adverte.

A perspectiva de crescimento da indústria na Amazônia está associada ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, segundo Marcelo. “Agente acredita lá na Suframa que não temos como superar nossas limitações se não através da ciência, da tecnologia e da inovação. Então, nós sentamos quase que diariamente com o nosso Ministério para discutir um plano estratégico, os planos de imediato, o plano industrial, o plano agropecuário, para dar continuidade à nossa missão”, finalizou.

Sistema de patentes e biopirataria

“A Proteção Jurídica da Biodiversidade Amazônica” foi o tema da palestra do professor e especialista no assunto, Marcos Vinício Feres, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ele critica o sistema de patentes vigente no Brasil e o

relaciona com a segurança. “Cada vez que você abre mão da sua liberdade visando a segurança, abre espaço para o militarismo”, disse.

Para Feres o atual sistema foge da ideia inicial das patentes, que era conceder um benefício legal a uma pessoa para que ela continuasse produzindo, e não a monopolizasse. Um dos exemplos citado foi a indústria farmacêutica que negligencia alguns países como África, Ásia e Brasil, excluindo-os de suas agendas de pesquisa já que não participam efetivamente do mercado farmacêutico, transferindo o assunto de saúde para a segurança pública.

Outro exemplo de fragilidade do atual processo de patentes, segundo Feres, é a apropriação de produtos regionais como açaí, cupuaçu, copaíba e andiroba por empresas multinacionais e até mesmo outros países como detentores legais de patente.

“Quem é da região sabe que esses são recursos naturais, típicos da região amazônica, que estão sendo patenteados por empresas multinacionais. Um exemplo disso é a Açaí Foods, que não conseguiu fazer isso com o açaí, mas fez com a gordura do cupuaçu. Eles pegaram a gordura do cupuaçu para produzir um produto também derivada do cupuaçu. O que acontece? Em 2001 ela patenteou isso no Japão”, contou, questionando ainda “como resolver a questão da biopirataria na Amazônia tendo em conta o atual sistema de patentes? Qual é a relação entre conhecimento tradicional e inovação?”.



Marcos Viníciu Chein Feres,
Diretor da Faculdade de Direito da
Universidade Federal de Juiz de
Fora (MG)

A principal dúvida deste tema segundo o professor é até que ponto o sistema jurídico que existe no país não gera uma falha na segurança, ou seja, na proteção daqueles direitos individuais, especialmente os direitos individuais relacionados à questão do conhecimento tradicional. “O sistema de patentes hoje serve quem? Ele serve a essas pessoas que compõem a comunidade ou ele é estruturado de forma colonial, imperialista? Por que o sistema de patentes que aí está absorveu a questão da biopirataria? Simplesmente porque o sistema de patentes está aí para atender as grandes metrópoles do passado”, criticou.

Feres avalia que o atual quadro do sistema de patentes é permissível, inclusive para o desenvolvimento de tecnologias derivadas de produtos naturais. O que ele não

permite é o todo ou parte dos seres vivos, mas tudo aquilo que foi processado pode ser patenteado. E tudo que tiver produção industrial tem um requisito a favor da patenteabilidade. “A questão que eu coloco é como você vai continuar permitindo esse patenteamento? Porque quando você permite você abre espaço para a biopirataria. É óbvio que a biopirataria vai acontecer e cada vez mais. Cada vez mais se torna interessante explorar recursos naturais e patentear os extratos”, disse, lembrando que o mais importante, até para se resolver um dilema tão difícil quanto esse, é desvendar o sistema jurídico de patentes e a relação com a biopirataria.

Inovação e Tecnologia

Para o pesquisador do INPA, Carlos Roberto Bueno, cujo tema de conferência foi “A Inovação como Condição de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, a principal necessidade da região hoje está relacionada à valorização



dos insumos produzidos e comercializados na própria região. Segundo ele a estratégia para inovar e condicionar a Amazônia a um desenvolvimento sustentável é dar prioridade aos produtos, turismo e serviços regionais.

A situação da Amazônia, adverte Bueno, se torna mais crítica “se não tivermos a oportunidade, a capacidade e a inteligência de superar as questões de pobreza usando de uma forma mais otimizada, mais esperta, mas lógica, a biodiversidade, a hidrodiversidade, a geodiversidade e a própria diversidade cultural”. “Só assim vamos conseguir atender essas demandas de alimento, de energia, de fibras e tal. Só por meio da inovação é que nós vamos ter condição de tratar melhor, utilizar melhor, gerenciar melhor, esse nosso planeta terra”, garantiu.

Bueno demonstrou através de mapa o tamanho da região amazônica que necessita ser preservado.

“Vejam o tamanho de nossa responsabilidade, o desafio de preservar essa vasta região onde caberia grande parte da Europa, em área geográfica. Isso é só para dar uma ideia do que nós estamos falando”, explicou, apresentando dados de crescimento populacional dos últimos 60 anos.

O Brasil aumentou 3,006 %. A população pulou de 52 milhões para quase 200 milhões. A Amazônia cresceu praticamente o dobro e o Amazonas um pouco mais. E Manaus, com os adventos da zona franca e outros incentivos, cresceu praticamente treze vezes, 1.300% nos últimos 60 anos. Partindo de 140 mil habitantes para próximo a 2 milhões de habitantes. No mundo, são 7 bilhões de habitantes.

“Isso tem todo um desdobramento de conjunturas que acontecem. Enquanto a gente esta batendo um papo aqui a população vem aumentando. Nesse nível de expectativa, em 2050 seremos aí

entre nove e meio a dez bilhões de pessoas no mundo. Isso quer dizer que haverá um grande aumento das demandas. Principalmente em relação ao meio ambiente e a natureza, com a produção de alimentos, de energia, fibras, enfim, todas as necessidades do homem para a sobrevivência”, explicou Bueno.

A presidenta Dilma Rousseff, segundo o pesquisador, tem assumido nos fóruns internacionais o compromisso de reduzir o desmatamento, as taxas de emissão de gases. Isso quer dizer que há uma pressão do mundo inteiro aos países que estão trabalhando para melhorar seus índices. Mas, isso gera um conjunto de conflitos internacionais, ressalta Bueno.

“A nossa soberania, de certa forma, acaba deixando de ter um peso muito grande no Brasil. E o que a gente pode fazer para resolver essas questões? Ciência, tecnologia e inovação. A partir do conhecimento que nós temos, a partir do que nós conseguirmos com essa informação da pesquisa básica se transformar em tecnologia. E se essa tecnologia pegar, ou seja, virar uma inovação, com certeza nós vamos ter uma inversão desses valores”, opinou.

A região amazônica só precisa optar pelo que é mais viável economicamente. Bueno acredita que não vale a pena gastar e derrubar a floresta para criar uma baixa produção de proteína de carne bovina. Já o peixe é exatamente o contrário porque a região tem muita água e muitas possibilidades de criação. “Nós precisamos produzir com



Carlos Roberto Bueno, pesquisador do INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA E SEGURANÇA EM GRANDES EVENTOS

COPA DE 2014

Brasil precisa de políticas de segurança permanentes

ENTREVISTA COM RICARDO BALESTRERI

O ex-secretário nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, atualmente presidente do Observatório do Uso da Força e Tecnologias Afins, o primeiro a ser instalado no mundo, participou do II SISAM - Seminário Internacional de Segurança da Amazônia com o estilo de sempre: sem papas na língua e sustentando com pertinência cada ponto de vista exposto. Em sua principal palestra do Seminário – no Painel 5 “Cooperação Interinstitucional em Segurança Pública e Segurança em Grandes Eventos” - priorizou a importância da valorização da formação moral, legal e técnica das forças policiais que atuam na segurança pública do país.

Mas, foi em entrevista exclusiva aos jornalistas Felipe de Paula (da Revista do SISAM) e Carolina Silva (do Jornal A Crítica), que falou

sobre diversos temas relacionados à segurança pública. Defensor da função das polícias, mas crítico do sistema de segurança em vigor no país, Balestreri opinou sobre Segurança Pública e Segurança Nacional, defesa da integridade da Amazônia, a relação entre a polícia, a democracia e os direitos humanos, a segurança pública nos grandes eventos e as novas formas de atuação da polícia (polícia de proximidade) que tem surtido efeitos positivos na diminuição do crime e violência. Confira abaixo a entrevista completa.

Carolina Silva – A gente se pergunta muito pela questão do legado que a Copa de 2014 vai deixar para o Brasil. Qual será esse legado em sua opinião?

Balestreri - Eu tenho defendido que essa política de segurança pública para grandes eventos deve ser uma política permanente para o país. Se a gente montar grandes estruturas só para os grandes even-

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

Secretário executivo do Ronda no Bairro.

tos nós estaremos cometendo um equívoco. Como é que o cidadão comum vai poder se valer dessa política nova para sempre? Se não encontrarmos uma resposta pra essa pergunta não vai valer a pena. Se encontrarmos uma resposta positiva, de fazer uma política pública de segurança permanente para o Brasil, com esses equipamentos sendo permanentes, essa formação sendo permanente, enfim, essa filosofia de atuação permanente. Se não é realmente “para inglês ver”. A gente tem que evitar fazer segurança pública “para inglês ver”. O

s públicas es

grande norte é o cidadão comum. Se for bom para o cidadão comum, é bom para o Brasil.

Felipe de Paula – O senhor falou em sua palestra que há uma diferença entre Segurança Nacional e Segurança Pública, isso não ficou muito claro pra mim...

Balestreri - Ótimo! Segurança Nacional é tudo aquilo que diz respeito à preservação do território nacional, da integridade, digamos, governamental nacional. Quem cuida de Segurança Nacional são as Forças Armadas. A Segurança Pública é tudo aquilo que diz respeito à garantia dos direitos do cotidiano do cidadão, de ir e vir, livre manifestação, direito à propriedade, etc. A Polícia e as Forças Armadas devem agir de maneira integrada, mas o trabalho de uma e de outra é diferente. As FA cuidam de segurança nacional, eventualmente uma parcela de segurança pública. Mas quem são os protagonistas na segurança pública são os especialistas, os policiais. As FA fazem trabalho excelente



Consultor de Segurança Pública,
Ricardo Balestreri

nas fronteiras brasileiras. A Polícia nas fronteiras cuida para não passem drogas, armas, pra que não passe atividade criminal, então é diferente. Um cuida politicamente da integridade territorial e da integridade administrativa do país e o outro cuida de combater o crime. Não quer dizer que as FA também não podem combater o crime, mas quer dizer que os especialistas, que tem expertise e conhecem a fundo o combate ao crime são as polícias. Nesse sentido que eu quis dizer que a liderança no processo de segurança pública cabe à polícia. Os outros todos se somam, mas a polícia é que tem formação pra tra-

balhar com segurança pública.

Felipe de Paula – O que o senhor acha da questão da Segurança Nacional no que diz respeito à proteção da integridade da Amazônia? É uma coisa que ainda tem que evoluir muito?

Balestreri – Tem que evoluir porque, na verdade, ainda temos muito pouco efetivo. É um trabalho muito bonito feito pelas Forças Armadas, mas é preciso que o governo brasileiro melhore muito a atenção que ele dá às FA; é preciso que ele invista mais, melhore os efetivos, dê mais equipamentos, melhore os salários. O problema é que aqui no Brasil você dá uma missão, pras FA ou pra Polícia, que

é uma missão no estilo “te vira”. Tem que guardar as fronteiras, tem 16 mil km de fronteiras seca no Brasil! Não dá salário melhor, não dá equipamento suficiente, prestígio... O governo brasileiro é um governo que investe muito pouco em programa de fronteiras, e em regiões de difícil acesso. Se você pegar as regiões de mata, de sertão do Brasil, o investimento nacional nisso é ridículo. Não tem Defesa Nacional e não tem Segurança Pública sem orçamento e sem disponibilidade financeira. Ainda assim quero dizer muito claramente que as FA e a Polícia fazem um trabalho heroico, mas não tem a atenção do Governo Federal que deveriam ter, porque este está mais preocupado com o superávit primário e economia de recursos do que investir em áreas que são fundamentais para a preservação da integridade nacional e da segurança pública.

Carolina Silva – E o senhor acha que essa falta de investimento é o que facilita, por exemplo, o tráfico de drogas nas fronteiras com os países vizinhos?

Balestreri - Com certeza! As fronteiras do Brasil são uma penneira. A Polícia Federal, por exemplo, que é uma instituição de alta qualidade e que faz um trabalho maravilhoso, apesar dessas dificuldades, você tem um efetivo de 11 ou 12 mil homens. Como é que 12 mil homens vão cuidar de 16 mil km de fronteira seca no Brasil? De não sei mais quantos km de

fronteira marítima? Como é que, além disso, eles vão cuidar dos aeroportos, do combate às drogas e ao crime organizado nas cidades, quer dizer, como 11 ou 12 mil pessoas vão fazer tudo isso num país de mais de oito milhões de km²? Não precisa muito pra olhar esses números e ver que o discurso político feito sobre fronteiras é um discurso demagógico. Não tem política de fronteiras no Brasil. Tem programas de fronteiras que essas instituições, coitadas, tentam fazer do jeito que podem, em meio à sua miséria. Fazem um excelente trabalho, apesar disso. As FA vivem numa eterna miséria, não tem dinheiro para pagar a diária, a conta de luz da sede em que funciona. Então, realmente estamos muito longe de ter segurança nas fronteiras do Brasil. As fronteiras estão há muito tempo abandonadas. Não é por incompetências das instituições – lá onde o Exército, Marinha ou Aeronáutica estão, estão com muita competência, onde

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

Secretário executivo do Ronda no Bairro.

a PF e a PRF estão, também com muita competência. Mas não tem gente pra fazer esse trabalho todo. Já viram que o Brasil não tem, por exemplo, uma Guarda Costeira? O Brasil tem uma força de guerra, mas que não cuida de segurança pública, cuida daquilo que uma força de guerra cuida, de defender o país. Tem a PF conseguindo fazer um trabalho de polícia judiciária com muita dificuldade, por causa da falta de efetivos, equipamentos, etc. nas primeiras sete milhas. Das sete milhas as duzentas, por exemplo, qual é a polícia que cuida de segurança pública, para não entrar arma, nem droga? Simplesmente não existe! Então nós temos uma das maiores fronteiras marítimas do mundo que não tem nenhum tipo de vigilância de Segurança Pública! Sempre digo que nós temos mais sorte que juízo, os bandidos ainda não descobriram plenamente isso!

Carolina Silva – O senhor acha que em razão dessas dificuldades, é importante a cooperação com as polícias de outros países?

Balestreri - É fundamental a atuação conjunta das polícias. Como foi citado no caso da parceria da PF-AM com a Polícia do Peru (caso dos haitianos), mas é claro que esse terreno é muito espinhoso, porque entra a questão da soberania nacional, questões de ordem diplomática e política. Mas eu acho que isso tem que ser superado, porque é de interesse comum, obviamente que qualquer



país sério, que não seja financiado por nenhuma máfia- e aqui não acuso a nenhum país, quero deixar claro - deixa de ter interesse em uma atuação conjunta para evitar os crimes em sua fronteira. Sempre que um país não quer cooperar com outro nesse sentido, você pode desconfiar que há o crime por trás. Quando não, essa associação é muito positiva.

Carolina Silva - O senhor foi Secretário Nacional de Segurança Pública, acompanha a questão da segurança no Brasil em geral. Acredita que o Amazonas está preparado para receber um grande evento esportivo, já que a gente não costuma receber esses grandes eventos aqui?

Balestreri - Eu não conheço profundamente, mas acho o seguinte: existe uma tradição de cordialidade brasileira, nos grandes eventos de maneira geral, que faz com que nos grandes eventos não haja problema. É um momento festivo, em que todo mundo se cuida muito mais para não fazer um papel feio para a comunidade internacional. Isso que eu vou dizer é meio polêmico: até o próprio crime refluíu, porque quando você fala principalmente de crime organizado, ou de organizações delinquentiais, ele não tem interesse em criar grandes distúrbios num momento público internacional porque isso vai atrair a atenção do mundo inteiro para a atividade criminosa. As organizações delinquentiais são inteligentes, elas não gostam

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

Secretário executivo do Ronda no Bairro.

de muita divulgação. Houve momentos em que o próprio crime organizado ajudou a disciplinar os pequenos delitos. Mas claro que não é só isso, deve haver um bom trabalho de polícia, de gestão, pra evitar que não dê problema. O somatório desses fatores faz gerar uma tendência a não ter problema de segurança pública em grandes eventos. Eu acho que os estados em geral estão tentando se preparar. A sensação que eu tenho é de que o Amazonas tem a preocupação de discutir com seriedade isso e tá tentando, com esse programa novo, o Ronda no Bairro, encontrar uma forma alternativa de fazer policiamento.

Carolina Silva – É a mesma filosofia da Unidade de Polícia Pacificadora? De aproximação, isso é comprovado que reduz a criminalidade onde há essa política?

Balestreri - É comprovado, no mundo inteiro e no Brasil. Em todo lugar que você implanta polícia de proximidade, naquele local

você vai ter uma redução que vai de 20 a mais de 70% de criminalidade e violência, genericamente falando. Todas as experiências de polícia de proximidade no Brasil reduziram no mínimo 30% dos índices de violência onde foram implementados. No caso do Ronda no Bairro, se for pra ser efetivamente um programa de aproximação da polícia, que o policial desça da viatura, converse com as pessoas, faça visita nas casas, ver o que tá acontecendo, montar sua rede de informação com a própria comunidade, ajudá-la, aí pode ser um sucesso. Se o Amazonas tiver zeloso pra que não seja um programa só dentro da viatura, que eu sei que não é isso que o Governo do Amazonas quer. Ela (viatura) existe, mas só para uma locomoção primária do policial, mas ele deve sair da viatura, entrar nas vielas, se aproximar da população, ter uma relação interativa, se chegar nisso, pode ser um sucesso.

Felipe de Paula – Aqui em Manaus mesmo, com o Ronda no Bairro, já reduziram os índices em algumas zonas...

Carolina Silva – Na Zona Leste, que era considerada a pior entre elas, já foi verificada essa redução...

Balestreri – Entre outros motivos, porque o bandido não gosta da presença da polícia. A presença preventiva. Porque às vezes tem a presença policial rodando na viatura. Mas colocar o policial rodando apenas, o bandido até aprende

a hora em que a polícia passa, ou sabe a hora em que acabou de passar e ele pode cometer o crime, por que ela já vai estar longe. O modelo de radiopatrulha no Brasil, por exemplo, dava a impressão da presença policial, mas quando você precisa, ela não estava lá, já tinha passado. Então não adianta ter a impressão de ter polícia, ela tem que estar lá. O cidadão tem que saber aonde é que vai encontrar o seu policial quando houver um problema. Se viu passar, não sabe onde está quando precisa. O policial tem que estar ao alcance do popular.

Carolina Silva – No Rio de Janeiro, há uma preocupação dos setores de segurança pública em relação à possibilidade de os criminosos melhorarem as estratégias pra continuar praticando o crime mesmo com todo um cerco?

Balestreri – Sim, possivelmente os criminosos migram dos lugares onde tem mais presença da polícia para os lugares onde tem menos presença da polícia. Isso acontece, não acaba com o crime, mas reduz muito porque quando o criminoso migra, ele migra pra um território e uma cultura onde ele está inseguro. Uma coisa é você ter um criminoso que tem raiz fincada no local, ele conhece todo mundo, ele já tem rede, ele tem o conhecimento geográfico do local; outra coisa é você ter um criminoso tendo que sair daquele local para outro onde ele não conhece todo mundo, onde não tem o domínio territorial que tinha antes, onde

até não tem o paiol de armas dele, porque às vezes tem que deixar no local de onde saiu, onde não tem rede de corrupção. Então, não é que acabe a atividade criminosa, seria um romantismo imaginar que um dia não vai ter crime, mas é claro que ele decresce. O importante é reduzir. Se você tiver uma redução de 20% dos homicídios, é um número considerável de vidas que se pode salvar.

Felipe de Paula – Nós não temos muita experiência com

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

Secretário executivo do Ronda no Bairro.

esse tipo de polícia (proximidade). Qual o grande desafio da polícia de proximidade, capital humano?

Balestreri - Eu acho que o grande desafio está ligado ao capital humano, mas na mesma medida tem que haver uma mudança de cultura. Uma mudança de cultura da gestão de segurança, das polícias, mas também uma mudança de cultura da sociedade. Por que a sociedade, por falta de conheci-

mento técnico, ela também exige muita truculência da polícia. A sociedade só não gosta dessa truculência com a polícia quando atinge o seu filho, o seu parente, o seu conhecido. Mas quando é para usar a truculência com os outros, há um certo clamor social nesse sentido. Existe, particularmente na classe média, uma legítima ansiedade com a questão do crime. A classe média se sente refém do crime, e como ela não tem conhecimento técnico, ela acha que a solução do crime é uma polícia truculenta, desde que não vá usar essa truculência com os seus próprios filhos. Se for pra usar contra os pobres, aí tá bem. Se for pobre, se for negro, melhor ainda, pois estes são a grande maioria dos que sofrem a truculência da polícia. Não é toda a classe média, mas majoritariamente, o que acaba incentivando a polícia a uma conduta incorreta de violência. Então tem que mudar a cultura, pois não é se comportando como Rambo que vai resolver o problema do crime.

Felipe de Paula - Então violência gera violência...

Balestreri - Esse tipo de violência não resolve. Cria uma cultura de responder de uma maneira brutal as coisas, cria uma permissividade social para a violência, faz o agente público dar mau exemplo. Nós temos que cuidar pra não criar monstros. A polícia é um setor muito importante para a sociedade. Não existe democracia sem polícia. Se não tem polícia, o crime iria tomar conta e acabar com a



democracia. O policial tem que ser muito firme na ação dele, mas não cometendo as tropelias morais que os criminosos cometem. Nem mesmo para combater os criminosos. Você não ultrapassa a fronteira da moral sem se contaminar. A polícia tem que ser firme, tem que ser enérgica, mas ela tem que ficar do lado de cá da fronteira. Sempre dentro dos valores morais. Quem está de fora dos valores morais são os bandidos, que são o extremo oposto. Você não se junta com eles para combatê-los. Você combate do lado de cá. Eu sempre digo que se truculência resolvesse o problema de crime e violência, o Brasil seria um paraíso. O Brasil sempre foi um dos países mais truculentos do mundo na atuação de suas forças de segurança. Poucos lugares do mundo tem tanta pena de morte quanto no Brasil. Não é oficial, mas ela ocorre diariamente. No Brasil inteiro tem gente do Estado matando aqueles que eles acham que devem ser mortos. Então tem pena de morte de fato no Brasil.

Felipe de Paula - Mas o senhor se considera otimista ou pessimista em relação ao futuro da segurança pública no Brasil?

Balestreri – Eu não sou um cara otimista em tudo, mas sou otimista nisso, porque acho que tem muito processo de educação da polícia sendo feito nos últimos anos. Eu não estou otimista agora em relação a isso porque eu acho que no governo Dilma houve um grande recuo nos programas de educação poli-

cial, inclusive tinha um programa, a Jornada Nacional de Direitos Humanos, que era uma espécie de escola itinerante que andava no Brasil inteiro educando policiais nos Direitos Humanos, que é uma das entidades que foi fechada no governo Dilma. Então, quanto a isso, eu não estou otimista, porque não há neste governo uma continuidade de maneira geral dos programas do governo Lula. O Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), maior programa do mundo de segurança, praticamente acabou

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

*Secretário executivo do Ronda
no Bairro.*

no governo Dilma. Mas eu estou otimista a longo prazo, porque a polícia hoje está estudando muito mais, está fazendo curso, a maioria das policiais do Brasil já tem pelo menos segundo grau. Tem lugares como no Amazonas, em que é uma exigência crescente todo mundo ter terceiro grau (ensino superior). O policial é um profissional que tem que ter um mínimo de formação intelectual, ele vai tratar com a vida e a morte e com gente de todos os níveis

da sociedade. Ele não pode ser intelectualmente inferior, se não o cara que tá numa classe social superior e intelectualmente se acha superior vai tripudiar do policial. O policial tem que ter a altivez suficiente para tratar com o mesmo rigor um juiz e um operário de obra. Eu acho que na formação intelectual, os governos estão melhorando. Uma polícia sem formação é forte para os fracos e fraca para os fortes, mas essa lógica tem que mudar, pois se o Brasil quiser ser um país de primeira mundo, precisa ter uma polícia de primeiro mundo.

Felipe de Paula - O senhor criou o Observatório do Uso Legítimo da Força e Tecnologias Afins. O que seria esse observatório, a que se propõe?

Balestreri – Ele existe para observar como é que o Estado usa a força legítima que ele está autorizado a usar, se ele usa com prudência, progressividade, ou se usa errado a força. É um observatório acadêmico, que faz pesquisa sobre o uso da força. É o primeiro do mundo. É muito recente, tem apenas três meses, com sede na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Estamos desenvolvendo uma pesquisa com a Faperj e alguns pesquisadores da própria Estácio sobre o uso de armas não letais, mas não está concluída ainda. Estamos discutindo a possibilidade da parceria com um órgão criado pelo delegado Mario Aufiero, o Cesam - Centro de Estudos da Segurança na Amazônia. .

Integração, inovação e reestruturação das polícias foram as palavras de ordem do Coronel PM Dan Câmara, Assessor da Secretaria de Estado da Segurança Pública, durante a conferência “Projetos de Segurança para a Amazônia: Grandes Eventos”, que também teve a contribuição do assessor da Comissão Estadual de Segurança em Grandes Eventos, Pablo Oliva.

O propósito da grande mobilização em torno deste tema, conforme Dan Câmara, é planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança pública para os Grandes Eventos, com destaque para a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Com esse propósito, segundo Câmara, foi criada em Manaus, em 2011 a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), órgão do Ministério da Justiça. O desafio da SESGE/MJ, segundo ele, está concentrado principalmente em articular esforços, promover a integração, a organização e a interoperabilidade de recursos humanos e materiais das estruturas organizacionais e direcionar a aplicação de fundos públicos com razoabilidade, eficiência e eficácia, visando à obtenção de um ambiente pacífico e seguro para a realização do evento.

“Nós não estamos acostumados a receber grandes eventos aqui no Amazonas, e a grande preocupação é se estamos preparados para administrar eventos desse porte”,



Integração sistêmica é a estratégia para os grandes eventos

ponderou.

A Secretaria de Segurança Pública coordena todo o planejamento, interagindo com as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal e demais esferas de Governo.

Segundo Câmara, a estratégia

de segurança do Governo para esses grandes eventos passa por pelo menos dez eixos estratégicos, que são trabalhados como marco regulatório. “É necessário um plano de segurança que esteja respaldado na legislação. Este é o primeiro eixo. Nós não podemos inventar ou reinventar. Nós temos que ob-



Assessor da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas, Coronel PM Dan Câmara

servar o que a legislação propõe e a partir do marco regulatório desenvolver os nossos planos”, explicou.

O segundo eixo está relacionado a análise de cenários e riscos. A ABIM - Agência Brasileira de Inteligência já desenvolveu a primeira versão e apresentou algumas propostas de investigação de riscos. “Nós estamos trabalhando na construção do plano de segurança para atender aos riscos identificados ou adotando condutas de pronta resposta caso qualquer incidente venha a acontecer. Seja ele provocado ou casual”, explicou o Coronel.

A valorização profissional é o terceiro eixo. Segundo Câmara,

*“Bore exerostisl dipit
ut atum et, con utat.
Ut ing et la conulla
faccummy nis
erostrud dolummy
nullamcorper
sumsandre doluptat
accumsan heniam”.*

Secretário executivo do Ronda no Bairro.

desde 2009 as diversas corporações já começaram a treinar seus policiais, inclusive para falar outros idiomas. A intenção é atender com qualidade os turistas nacionais e internacionais. O quarto eixo é a polícia integrada. “Nós estamos falando de um procedimento operacional padrão único da Polícia Civil, Militar, do Corpo de Bombeiros, do Detran e até da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Desde o atendimento da ocorrência até, quando for necessário, a entrega do cidadão infrator ao sistema penitenciário”, ilustrou, ressaltando outros tipos de integração como a sistêmica, tecnológica e transversalizada.

“O Estado do Amazonas esta se preparando para passar pela Copa e após o evento nós termos um legado de mudança, de inovação, de reorganização do sistema de segurança pública. Para tal, o eixo transversalidade trata de pelo menos três programas de governo que são prioridades hoje”, destacou, referindo-se ao Ronda no Bairro, à Estratégia Estadual da Seguran-

ça Pública na Faixa de Fronteira e ao Centro de Comando e Controle, que está em fase de implantação.

A Copa de 2014, que tem Manaus como subsele, preocupa Dan Câmara no aspecto da complexidade da cobertura de um evento dessa proporção, seguindo as exigências impostas pela FIFA. Para o Coronel as estratégias de segurança devem ser pensadas de forma mais ampla, porém, nos mínimos detalhes para impedir que haja interrupção na programação e garantir o bom atendimento aos usuários. Ele aponta o planejamento estratégico como a chave para o sucesso do evento.

A principal inquietação do assessor é quanto ao legado que as ações e investimentos deixarão para a segurança pública no Amazonas. “Temos que deixar um legado para a população, não só durante a Copa, mas para toda uma vida. O esquema de segurança tático tem que ser diário e trazer qualidade de vida e bem estar à população. Não pode ser só para o mundo ver e depois acabar”, destacou.

O Coronel reforçou que o planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo de 2014 e eventos correlatos constituem ferramenta essencial para orientar o monitoramento e a avaliação de impacto e da efetividade das ações a serem desenvolvidas.

Experiência

O membro da Comissão Estadual de Segurança em Grandes Eventos, Pablo Oliva, garante



**Membro da Comissão Estadual de
Segurança em Grandes Eventos,
Pablo Oliva**

que quando a pergunta é se o Brasil vai dar conta de fazer esses grandes eventos, a resposta é sim. “Antes de tudo eu queria lembrar a vocês que todos nós aqui temos experiência sim em segurança pública. Portanto, estamos aptos a realizar esses eventos”, assegurou.

Oliva contou que um de seus chefes sempre compara um grande evento a um iceberg. “O iceberg é lindo do lado de fora, brilhoso, uma linda placa de gelo de se ver. É isso que o público, a mídia e a sociedade em geral enxergam. O problema é que embaixo daquele topo bonito existem três quartos a mais de gelo muito perigoso, que é o nosso trabalho e que nin-

guém vê”, disse, ressaltando que se trata de um trabalho longo, de grandes proporções e que requer muito planejamento.

A proposta da Comissão de Grandes Eventos é articular esforços entre as forças de segurança pública, de defesa civil e também as entidades paralelas que têm a sua importância. E a partir dessa articulação de esforços criar projetos e estratégias para prever e combater as situações de segurança. “O produto final desse trabalho é a entrega de um grande evento seguro à sociedade”, destacou.

Ação conjunta e trabalho compartilhado são os focos da Comissão. “Eu quero dizer que essa responsabilidade é um compromisso de todos nós. No final, se der certo, vai dar certo para to-

dos. Se der errado, vai dar errado para todos nós. E a gente tem que desenhar um projeto de segurança exitoso, criando planos que vão ser no final um produto poli autoral. Todos nós vamos assinar o projeto e sermos felizes se ele for feliz”, presumiu.

Quanto ao legado que os grandes eventos deixarão ao país, Pablo Oliva prefere chamar de herança. “Acredito que nossa grande herança será essa inter-operabilidade, essa junção, as operações conjuntas, a linguagem única. Embora cada um de nós enxergue o negócio de uma maneira diferente, nós temos a expertise. Cada um sabe o que fazer e tem o conhecimento. A gente só precisa se entender, conversar entre as polícias e no final e chegar a um consenso”, concluiu.



O PROFISSIONAL DE SEGURANÇA NO ESPAÇO AMAZÔNICO

Políticas de alinhamento podem melhorar serviços do Sistema de Segurança

O sexto e último painel do II SISAM, “O Profissional de Segurança no Espaço Amazônico”, cujo enfoque principal foi a integração sistêmica das polícias e demais instituições que compõem o sistema de segurança pública, teve a junção de três falas em duas palestras: “As Políticas de Treinamento e Alinhamento Institucional no Sistema de Justiça”, com as contribuições da Corregedora Geral do Sistema de Segurança Pública do Amazonas, Aparecida Gualberto dos Reis e do Delegado Pontes Filho; e “Capacitação na Área de Inteligência Policial para Segurança Pública”, proferida pelo Delegado Sandro Sarkis.

A Corregedora Aparecida dos Reis explicou que o órgão foi instalado em 2008 através da lei delegada de nº 62, é regido pela lei nº 3278 de 2008, que trata da sua estrutura; e pela lei nº 3204, que trata do regime disciplinar para os servidores do sistema de segurança pública. “Nesses quatro anos a ins-



**Corregedora Geral do Amazonas
Aparecida Gualberto dos Reis**

tituição vem sendo mantida como uma política de Estado e não como uma política de Governo”, ressaltou, salientando ainda que desde então a palavra de ordem da Corregedoria tem sido a integração.

A Corregedoria é composta pelos corregedores auxiliares da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Detram e do Corpo de Bom-

beiros. Dentro dessa estrutura, os corregedores auxiliares atuam nas defensorias diretas ao Corregedor Auxiliar, bem como na administração dos processos e procedimentos produzidos nas comissões e conselhos.

A instituição dispõe também de uma estrutura integrada de coordenações: a de Correção, que trata da fiscalização; a de Fiscalização de delegacias da Polícia Civil, de unidades da Polícia Militar, do Detram

e Corpo de Bombeiros; a Coordenação de Disciplina, que trata dos procedimentos disciplinares nos processos produzidos na Corregedoria; e a Coordenação de Legislação Estudos e Pareceres. Todas estão a serviço dos policiais civis e militares conforme a Corregedora.

Na Corregedoria, segundo Aparecida dos Reis, são produzidos todos os processos referentes a policiais que eventualmente infringiram alguma norma disciplinar. “Essa é uma das nossas vertentes. Mas, não é só essa. A Corregedoria tem também a competência para fiscalizar e a atribuição preventiva. É nisso que estamos tentando dar uma ênfase maior. Porque é muito melhor para todos nós, para o sistema de segurança pública, agirmos antes que o policial cometa alguma infração administrativa. Para tanto, nós estamos começando a trabalhar na orientação através de palestras e de cursos de formação”, comentou.

Para a Corregedora, todos os policiais deveriam conhecer mais a Corregedoria Geral. “O nosso trabalho não é bem vindo. Os policiais não gostam de ser fiscalizados, essa é a verdade. Mas, é necessário”, destacou, lembrando que a atividade da Corregedoria é de apoio à segurança pública e de garantia dos direitos humanos. “Não só de quem denuncia, não só da vítima, mas também do policial”, disse.

Aparecida costuma dizer que quando o policial é denunciado na Corregedoria, o melhor caminho para ele é a apuração e que, ao final



Delegado de Polícia Civil Pontes Filho

do caso, se diga se ele foi culpado ou não. “Porque quando você não apura, fica aquela brecha eterna. O melhor caminho é a apuração em todos os campos”, advertiu, ressaltando que nesse aspecto a Corregedoria tem trabalhado com uma política de total imparcialidade e de justiça.

“Nós aplicamos os princípios constitucionais contraditórios e da ampla defesa, permitindo ao policial que participe de todas as fases do processo. Que ele conteste tudo aquilo que for dito contra ele. Ao final as comissões e os apuradores fazem a análise e dão a resposta que é justa”, finalizou.

Alinhamento Institucional

Para o delegado da Polícia Civil, Pontes Filho, as políticas de

alinhamento institucional significam hoje o principal desafio de atuação estratégica das polícias Civil e Militar e das demais instituições que compõem o sistema de justiça. “Nós percebemos, a cada dia, as demandas que nos levam a esse diálogo. Isso tem nos movido a buscar cooperação e integração para o alinhamento dos procedimentos”, explicou.

Pontes Filho citou como exemplo algumas situações que ocorrem no cotidiano da Polícia Civil e, provavelmente, da Polícia Militar, que levam à necessidade de alinhar com outras instituições. “O que acontece quando um delegado, por uma razão superior, não conduz o preso no tempo do flagrante? O que acontece com os bens de justiça quando apreendidos em função das operações e de outras demandas de diligências policiais? Geralmente isso tem que ser revestido em procedimentos que acabam lá com a doutora Aparecida, na Corregedoria”, disse, observando que isso ocorre, geralmente, porque as outras instituições não correspondem à necessidade de se comunicar.

O delegado explicou que no caso do flagrante é indispensável a comunicação ao Ministério Público, ao Judiciário, à Defensoria, à família da vítima, além de levar o preso para fazer o exame de corpo de delito. “Enfim, precisamos fazer os procedimentos de praxe. Não encontrar essas instituições gera procedimentos na Corregedoria”, advertiu.

Para atender essas demandas,



segundo Pontes Filho, foi realizado este ano, no mês de julho, o primeiro encontro de alinhamento institucional com a presença do Exército, da Polícia Militar, a Defensoria Pública, do Judiciário e outros representantes com o interesse comum de alinhar procedimentos e formas. “Esse evento, além de contar com a representação das instituições que tratam da segurança pública e do sistema de justiça, tratou de fixar parâmetros que oportunizassem essa eficiência e evitassem problemas como esses que chegam a Corregedoria”, disse, acrescentando que desse evento resultou um termo de cooperação institucional entre o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança Pública que já está em andamento.

Inteligência Policial

O delegado de Polícia Civil Sandro Sarkis abordou o tema da Capacitação na Área da Inteligência Policial destacando sua importância para um policiamento moderno e a necessidade de adaptação das instituições policiais a essa nova área. “A nossa preocupação em colocar esse tema em debate está no desafio de toda instituição do sistema de segurança pública de se adaptar as mudanças tecnológicas. A polícia não pode, jamais, ficar fora desse contexto, dessas mudanças que ocorrem especialmente na área criminal”, ressaltou.

Sarkis acredita que os entraves políticos e burocráticos terminam

por impedir que o policial se capacite e absorva a tecnologia do momento de forma imediata. “Infelizmente ainda não chegamos a esse patamar. Isso é diferente em alguns países como é o caso da Colômbia onde esses avanços são quase que simultâneos. Com o trabalho desenvolvido ao longo do tempo, não só na capacitação, não só na questão da tecnologia, mas acima de tudo na criação de uma consciência institucional de que sem inteligência nós não podemos combater de forma eficaz a criminalidade”, argumentou.

O delegado destacou, por outro lado, que a criminalidade se beneficiou com a tecnologia, evoluindo a ponto de se superorganizar. “Eles tem tecnologia e pessoas trabalhando para o seu desenvolvimento. E nós, que somos atores da segurança pública, não estamos

tão organizados. Mas, não podemos jamais perder essa guerra”, ressaltou.

Sarkis lembrou também que a Polícia Civil não dispõe tem um centro de capacitação permanente na área de informação dentro da inteligência policial e que a instituição depende ainda da Adabim e das Forças Armadas para formar seus policiais na área de inteligência. “Isso é grave porque deixa as forças policiais vulneráveis diante do crime organizado”, disse.

Um dos pontos nevrálgicos da região amazônica no aspecto de sua defesa e segurança, segundo o delegado, está exatamente na dificuldade de trabalhar sem informação, sem inteligência policial. “Conforme já foi dito aqui, a região amazônica é continental, com uma fronteira seca gigantesca, muitos rios, matas densas e fechadas. Por conta dessas características, se nós não tivermos a capacidade de formar nossos profissionais na área de inteligência, de consolidar nossa experiência e ter informação eficaz, fica muito difícil nos engajarmos no combate efetivo às forças criminosas”, ponderou.

Sarkis acredita que para iniciar esse processo na região é fundamental a criação de um centro de formação permanente da região Norte. Não apenas para dar formação policial, mas também suporte policial na área de informação. “Acima de tudo é preciso criar nos estados núcleos de inteligências e que eles possam se comunicar de forma periódica, atuando de forma integrada”, concluiu.



Delegado de Polícia Civil Sandro Sarkis



PROGRAMAÇÃO ACADÊMICA

II SISAM eleger trabalhos científicos para políticas públicas de segurança

Com o objetivo de consolidar o viés acadêmico na programação do II SISAM por meio da publicação e apresentação de artigos científicos, foram realizadas no último dia do evento duas atividades relacionadas a essa temática: a apresentação da pesquisa “Haitianos no Amazonas”, do delegado Carlos Alberto Alencar de Andrade, mestrando em Segurança e Cidadania pela IUPERJ e titular da Polinter-AM; e de seis artigos científicos selecionados dentre os 13 apresentados ao Seminário abordando questões pertinentes à segurança pública.

A programação foi realizada por meio de parceria entre Adepol-AM, Universidade do Estado do Amazonas – UEA e o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas. Através de Edital denominado “Programa de Publicações Científicas – II SISAM” a Coordenação Científica do evento convocou profissionais, pesquisadores e alunos do Curso Superior de Segurança Pública a apresentarem trabalhos científicos



Mesa da Programação Científica:
(esquerda para direita) Delegado Pontes Filho, Sociólogo Vicente Riccio, professores da UEA Rannieri Mazzily e Evandro Brandão, e oficial da Polícia Militar do Amazonas ...

cos para o Seminário.

Os artigos apresentados ao Seminário, conforme o Edital, deveriam ser enquadrados nas seguintes Linhas de Pesquisa: Tecnologias de Gestão, Políticas Públicas de Segurança, Ética e Cidadania, Valorização Profissional e Otimização das Condições de Trabalho, Prevenção Social do Crime e das

Violências e Construção da Cultura de Paz. O II SISAM recebeu 12 artigos científicos. Destes, seis foram selecionados e apresentados durante o evento. O primeiro colocado foi premiado com a publicação nos Anais do evento.

Os selecionados e seus respectivos autores foram: 1º Lugar: Segurança da Amazônia: conceitos, contextos e perspectivas de governança e defesa - Autor: Evandro Brandão Barbosa; 2º Lugar: Redemocratização, violência e políticas públicas: perspectivas no Brasil e no Amazonas - Autores: André Marques Araújo e Paula Miranda de Sousa Ramos; 3º Lugar: Des-

os com foco ça



Delegado Carlos Alberto Alencar de Andrade, titular da Polinter e mestrando em Segurança e Cidadania pela Iuperj



Alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas que apresentaram artigos científicos: Anderson Cordeiro (9369), Hellen Feijó (9408) e Ladislau Szezypoir Neto (9465)

militarização da Polícia Militar: histórias e reflexões sobre polícias e políticas na relação segurança e cidadania - Autores: Anderson Cordeiro dos Santos e Márcio Gonçalves dos Santos; 4º Lugar: O Uso das Forças Armadas na Prevenção do Crime e da Violência - Autores: Francisco Ferreira da Rocha, Tereza Sousa Ramo e Gilmar de Araújo Teles; 5º Lugar: Influência da Mídia na Segurança: O Programa Ronda no Bairro - Autores: Hellen Keuren Siqueira Feijó, Paula Miranda de Sousa Ramos e Tereza de Sousa Ramos; 6º Lugar: Segurança e Pacificação: o olhar a partir da perspectiva do Poder da Disciplina - Autores: Landislau Szezypoir Neto e Paula Miranda de Sousa Ramos.

Pesquisa sobre Haitianos

O delegado Carlos Alberto Andrade, que apresentou a pesquisa

sobre Haitianos no Amazonas, demonstrou que já existe produção científica a respeito desse fenômeno ocorrido em 2011 no Estado. Sua exposição trouxe um apanhado com dois enfoques: um sociológico, demonstrando as motivações dos haitianos em migrar para o Brasil e outro, do ponto de vista das ciências políticas e das relações internacionais, apontando as consequências dessa migração como fato isolado.

“Nossa pesquisa nos leva a crer que a migração dos haitianos se deu pelas oportunidades de mercado de trabalho que o Brasil oferecia e oferece considerando os grandes eventos que vai sediar, além do fato de ser um país em desenvolvimento”, explicou, ressaltando também a tendência histórica e cultural do Amazonas de “receber bem” os migrantes, a exemplo do que ocorreu durante o período da Borracha (década de 40), com a chegada em massa de nordestinos e no início da Zona Franca (décadas de 60 e 70) com a entrada de nortistas do Pará e Maranhão.



PROGRAMAÇÃO PARALELA

Associados da Adepol do Brasil e pautas em votação no Congresso

Os delegados da Polícia Civil e da Polícia Federal associados da Adepol do Brasil - Associação de Delegados de Polícia, e da ADPF Brasil - Associação de Delegados da Polícia Federal realizaram eventos paralelos na tarde do último dia do II SISAM para discutir questões pertinentes à categoria tais como: os temas em pauta no Congresso Nacional, condições trabalhistas, aumento do efetivo e indenização de fronteiras. No primeiro momento as duas associações reuniram-se de forma unificada visando o alinhamento estratégico para os temas em votação no Congresso comuns às duas polícias. No segundo, realizaram encontros específicos para cada entidade.

O encontro de delegados da Adepol do Brasil tratou basicamente das atividades parlamentares desenvolvidas pela Associação relacionadas aos projetos de lei e emendas constitucionais de interesse da categoria que tramitam no Congresso Nacional; e de encaminhamentos regionais referentes à gestão institucional.

O presidente da Adepol do Bra-



sil, Paulo D'Almeida, esteve em Manaus especialmente para o encontro de delegados. Na ocasião, Almeida demonstrou aos delegados os projetos em andamento no congresso, de interesse da categoria, e como a instituição tem participado das rodadas de discussão sobre eles.

Segundo Paulo D'Almeida o

encontro é importante para os trabalhos desempenhados pela associação em todo o país. “Nossa intenção é discutir e elaborar metas para serem colocadas em pauta no Congresso Nacional. Por isso, se faz necessário este congresso entre os representantes de cada região, membros da Adepol”, disse.

Na instância regional ficou de-



ADPF Brasil discutem Nacional



Presidentes de associações de delegados da região Norte que participaram do Encontro

finido que a vice-presidência Regional Norte, hoje ocupada pelo presidente da ADEPOL-AM, delegado Mário Aufiero, ficará responsável pela divulgação regional e pelo feedback das atividades junto

à sede nacional em Brasília; e que cada região terá um coordenador com representação na bancada nacional. “É importante que todos os associados saibam como está o processo de conquista das nossas reivindicações junto aos parlamentares para que unidos consigamos a valorização que a categoria merece”, reforçou Aufiero.

Os delegados debateram ainda a importância do trabalho do perito criminal e a criação de um projeto de lei que desenvolva a qualificação desses profissionais.

Participaram do encontro o presidente da ADEPOL do Brasil, Paulo D’Almeida, o vice Carlos Eduardo e o primeiro vice-presidente Benito Augusto Tiezzi; o



Encontro de delegados da ADPF Brasil

presidente da Adepol-AM, Mário Aufiero, o vice-presidente jurídico Pontes Filho, o Delegado Geral da Polícia Civil do Amazonas, Josué Rocha; além dos presidentes das Associações de Delegados do Acre, Amapá, Pará e Rondônia.

ADPF Brasil

Promovido pela Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal- ADPF Brasil, o I Encontro Regional dos Delegados da Polícia Federal da Região Norte, realizado no dia 31 de agosto durante o II SISAM, debateu sobre as dificuldades enfrentadas pela categoria nos últimos anos, tais como: a indenização de fronteiras, condições de trabalho, necessidades de efetivo para o combate à criminalidade na região amazônica e realização periódica de concursos.

Para o presidente da ADPF Brasil, delegado Marcos Leônicio Sousa Ribeiro, a falta de efetivo tem sido um dos grandes desafios



**Presidente da ADPF Brasil,
Delegado Marcos Ribeiro**



**Presidente da Adepol do Brasil,
Delegado Paulo D'Almeida**

enfrentado pela Polícia Federal nos últimos tempos. Além disso, a permanência do agente na fronteira requer uma indenização para garantir sua presença em localidades estratégicas. A indenização como compensação seria no valor de R\$ 91,00 por dia de trabalho efetivo. Outra forma de solucionar a falta de efetivo apontada no Encontro foi a realização dos concursos públicos.

A Polícia Federal conta hoje, na Região Norte, com um efetivo de 1.292 policiais federais atuantes. No Amazonas encontram-se 217 policiais, sendo 27 deles delegados. Este número tem se refletido também na quantidade de operações realizadas no Estado, segundo Marcos Ribeiro.

O II SISAM teve a participação efetiva de delegados da Polícia Federal durante os três dias de evento. Além do superintendente da Polícia Federal no Amazonas, delegado Sérgio Fontes - que compõe a diretoria da Adepol-AM -, participaram como palestrantes os delegados Fabrício Garbi (Roraima) e Wellington Clay Porcino Silva.

verso da contra/capa

contra/capa